revista bem
CUIDAR
VIOLÊNCIA
PREVENÇÃO NA FAMÍLIA
CRISE POLÍTICA
ESCOLAS DEBATEM
ESPECIAL OLIMPÍADAS
LEGADO DE VIOLAÇÕES DE DIREITOS?
03

ALDEIAS
INFANTIS SOS
BRASIL

Para eles a felicidade não é a casa. É ter um lar.

AMIGO SOS

PADRINHO Corporativo

A Aldeias Infantis SOS chegou ao Brasil em 1967 e está presente em 12 estados e no Distrito Federal. Nestes quase 50 anos, mais de 120 mil crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social já participaram de nossos projetos. Atuamos em três áreas: no acolhimento institucional e familiar, no fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e na defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Torne-se um Amigo SOS. Com uma pequena quantia mensal, milhares de crianças são beneficiadas – o recurso é usado na compra de equipamentos, alimentos, material escolar e roupas. E a transparência é completa. **Seja um Padrinho Corporativo.** Com doações mensais a partir de R$ 150,00, sua empresa fará parte do Projeto Padrinho Corporativo e ajudará a manter e ampliar o atendimento direto a mais de 10 mil crianças, adolescentes, jovens e suas famílias. E além da gratidão, você ou sua empresa recebem relatórios completos sobre nossas atividades e dos recursos doados. Governança e transparência, aqui, são levadas a sério.

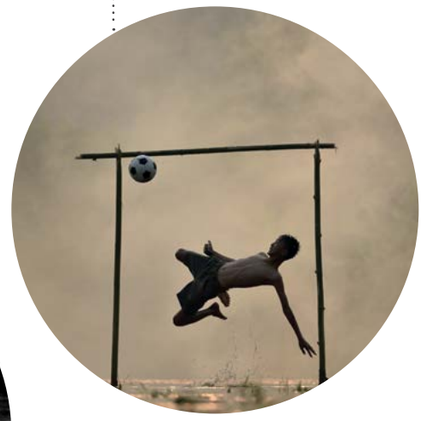
/aldeias.brasil @aldeiasinfantis /aldeiasinfantissosbr

0800 777 0123 | aldeiasinfantis.org.br

ATB

sumário

Especial Olimpíadas
Legado de violações de direitos?
14

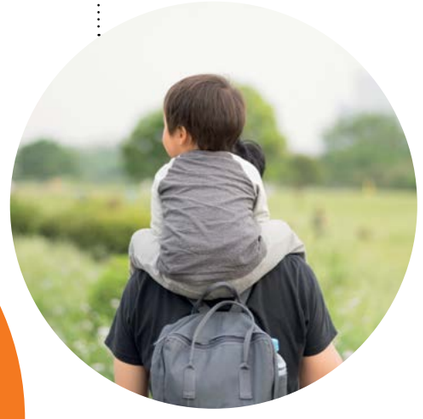


Artigo Master
Violações Invisíveis
10

Protagonismo:
Mobilização pelas ruas da Internet
42

revista bem cuidar
03

Soluções
Escola de Pais fortalece vínculos familiares
46



Educação para a Vida
Escolas debatem crise política
50

Pesquisa
O que faz o brasileiro doar?
56

revista bem CUIDAR

Legado de soluções

Não é de hoje que os impactos da realização de grandes eventos no Brasil são algumas das maiores preocupações de qualquer profissional que trabalhe no Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente. Sejam datas de festa, como Carnaval, sejam eventos esportivos, como a Copa do Mundo (2014), são nessas ocasiões em que se apresentam um grande aumento no número de violações aos direitos de crianças e adolescentes, tal como todo o tipo de violência, direta e indireta.

Com olhos voltados a um legado social positivo em relação aos Jogos Rio 2016, a **Revista Bem Cuidar** traz nesta edição um especial dedicado ao tema, apresentando dados históricos, buscando soluções, apontando movimentos e sinergias para prevenir a violência contra esse público durante os jogos olímpicos, principalmente às relativas ao trabalho infantil, drogadição (e alcoolismo) e exploração sexual.

Nas vozes presentes nas reportagens e artigos ecoam opiniões e, mais do que isso, sentimentos de que é possível mudar esse panorama, por meio de ações que fortalecem famílias e comunidades socialmente vulneráveis, da mesma forma que, unidos, promovamos incidência política para que o Estado gere condições necessárias a que estas crianças exerçam plenamente seus direitos. Um trabalho que não pode ficar circunscrito ao período de jogos, mas ser permanente, por sua imprescindibilidade.

Desta forma, esta edição não poderia deixar de se dedicar ao período político em que vive o país, apresentando como escolas têm lidado com a discussão junto ao corpo docente e discente, criando consensos a partir de divergências. De nada vale um país cindido. Mas, também, muito menos um país que não consegue educar criticamente crianças e adolescentes para fortalecer seu protagonismo político que, sem dúvida, também é um direito a ser conquistado.

Boa leitura!

você sabia?

POR ESTHER ARANTES

A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO (PEC) 74/2011, QUE REDUZ A MAIORIDADE PENAL, FOI INCLUÍDA PARA VOTAÇÃO NA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA (CCJ) DO SENADO EM 1º DE JULHO DE 2016, TRAMITANDO EM CONJUNTO COM A PEC 33/2012, PEC 21/2013 E PEC 115/2015. A PEC ACRESCENTA PARÁGRAFO ÚNICO À CONSTITUIÇÃO FEDERAL PARA ESTABELECER QUE, NOS CASOS DE CRIMES DE HOMICÍDIO DOLOSO E ROUBO SEGUIDO DE MORTE, TENTADOS OU CONSUMADOS, SÃO PENALMENTE INIMPUTÁVEIS APENAS OS MENORES DE QUINZE ANOS. NO ENTANTO, CONSEGUIU-SE QUE A PEC NÃO SEJA VOTADA ANTES TER SIDO DISCUTIDA EM AUDIÊNCIA PÚBLICA, COM DATA AINDA A SER DEFINIDA.

Colaboradores desta edição

MURILO MANZINI
Artista plástico, Murilo Manzini cria uma arte intuitiva. Incorpora diferentes técnicas e materiais, desafia texturas, cria cenários e expõe suas vivências e emoções em experiências que apresentam a harmonia entre o intenso e o delicado. É nosso convidado especial para a ilustração final desta edição.

JOANA GARCIA
Com extensa experiência como pesquisadora em temas como família, cidadania, política social voltada para infância e ação social das empresas, a Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) escreve o artigo máster da Bem Cuidar.

NATACHA COSTA
Psicóloga e diretora da organização social Cidade Escola Aprendiz, Natacha Costa é uma das principais defensoras do movimento de cidades educadoras na Brasil. Mas, acima de tudo, é mãe de Pedro e Lucas, cujas vivências inspiraram a comovedora crônica da edição.

expediente

COORDENADOR GERAL: Fabio Paes
PROJETO EDITORIAL: Rodrigo Zavala
COORDENADORA DE COMUNICAÇÃO: Larissa Ocampos-MTB 64361SP
PROJETO GRÁFICO: Renato Marcondes
DIREÇÃO DE ARTE E DIAGRAMAÇÃO: Renato Marcondes
CONSELHO EDITORIAL: Sandra Greco da Fonseca, Aguinaldo Campos, Fabio Paes, Rodrigo Zavala
REDAÇÃO: Daniele Próspero, Gabriela Bahia, Rodrigo Bueno
IMPRESSÃO: Paulus
TIRAGEM: 5.000 exemplares
AGRADECIMENTOS: Everton Silva, Yara Andrade.
REALIZAÇÃO: Aldeias Infantis SOS Brasil

ENTRE EM CONTATO
bemcuidar@aldeiasinfantis.org.br
Rua José Antônio Coelho, 400 – Vila Mariana
São Paulo/SP CEP 04011-061
Brasil
Tel +55 (11) 5573-1533

ALDEIAS INFANTIS SOS BRASIL

DIRETOR-PRESIDENTE:
Paulo G. De Castro Junior
GESTORA-NACIONAL:
Sandra Greco da Fonseca

Carta ao Leitor

A terceira edição da **Revista Bem Cuidar** traz provocações sobre problemas atuais complexos. A invisibilidade das violações aos direitos das crianças e jovens – ainda mais grave com a realização de grandes eventos, como os Jogos Olímpicos –, a participação da infância e juventude em espaços reais de deliberação de políticas públicas das quais são alvo, a cisão política no contexto da escola e o fortalecimento familiar como eixo central na proteção da infância.

Quando pensadas as responsabilidades do Estado, realizar obras como hospitais, escolas, linhas de metrô, estradas ou vilas olímpicas é obrigação do governante. Não é necessário ter predicados especiais para fazer isso, pois o orçamento e a força da inércia faz com que tudo ande por si. Mas a capacidade de promover o desenvolvimento social, político, humano e moral para crianças, jovens e suas famílias é o desafio. E, aqui, há uma dívida histórica a ser sanada por parte do poder público.

Mas, nas questões que trabalhamos na revista, a responsabilidade é de todos. Como diz a colunista convidada, Dra. Joana Garcia, em seu artigo "Violações Invisíveis", "o consentimento das pessoas que assistem uma manifestação violenta, por exemplo, legitima sua ocorrência". Fazendo coro à colunista, nossa entrevistada Isa Oliveira, Secretária Executiva do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI), diz o seguinte: "Há um agravante que é o fato do trabalho infantil ser visto com algo natural e se justifica no discurso de uma boa parte da sociedade que acredita ser este uma coisa boa".

A invisibilidade, a falta de escuta, a intolerância política e a omissão pública em relação às comunidades vulneráveis estão no foco não apenas das críticas de nossos articulistas, entrevistados e personagens. No centro deste debate está a busca de soluções reais, assertivas e escaláveis, que envolvam os setor privado, o Estado, organizações sociais e a sociedade irrestrita. Mais: para que as iniciativas intersetoriais não sejam apenas mímicas por meio das quais se busca ganhar tempo para acomodar contrariedades.

RODRIGO ZAVALA
EDITOR-GERAL DA REVISTA BEM CUIDAR

VIOLAÇÕES INVISÍVEIS

POR JOANA GARCIA

AS DISTINTAS formas de violência que acometem crianças e adolescentes são originadas de processos culturais, políticos e econômicos mais amplos e complexos do que aparentam suas manifestações singulares. Mesmo quando certos episódios de violência aparecem de forma isolada, como em um evento que reúne muitas pessoas de origens distintas, esses episódios não surgem como uma "geração espontânea", sem relação com as formas como as sociedades se organizam e com os valores que fundamentam as relações entre os indivíduos.

Uma briga ou um incidente em um estádio, por exemplo, que aparentam ser formas mais triviais de violência, expressam relações de assimetria de poder, utilizam formas de comunicação que são enraizadas e não ficam circunscritas aos implicados diretamente na briga. O consentimento das pessoas que assistem uma manifestação violenta, por exemplo, legitima sua ocorrência e favorece a reprodução desta violência em outros episódios.

Outro aspecto a ser considerado é que a violência é um conceito sujeito a interpretações e usos distintos, sobretudo quando consideramos os sujeitos implicados. As violações dos direitos de crianças e adolescentes são muito frequentemente relativizadas e não entendidas como produtoras de dano. Trabalho infantil, exploração sexual de adolescentes, uso de álcool e outras drogas, as relações de poder abusivas são, em geral, práticas camufladas e quando se tornam aparentes, sofrem distorções em termos do julgamento social.

Trabalho infantil é muitas vezes compreendido como uma forma digna de educar e moralizar os pobres, a exploração sexual de adolescentes é considerada uma atividade consentida e desejada pelos(as) envolvidos(as), o uso de álcool e outras drogas são entendidos como vulnerabilidade individual, assim como o abuso de poder pode ser interpretado como a imposição de limites necessários para conter comportamentos indesejáveis.

Em relação a estes temas, convém problematizar a implicação da sociedade em relação: ao trabalho infantil na cadeia produtiva, à indústria das drogas ilegais e o uso das comunidades pobres como espaço visível da distribuição, ao debate sobre sexualidade protegida, entre outros.

Quando uma cidade sedia eventos de grande visibilidade, a economia local é ativada e muitas formas de

negócio são favorecidas. Da mesma forma, as medidas relativas à segurança pública são potencializadas. Em nome do interesse econômico e da segurança da "sociedade", muitos segmentos sofrem violações dos direitos assegurados por lei.

De um lado, a mobilidade urbana se torna mais seletiva e discricionária para certos segmentos, de outro lado, práticas ilegais em relação ao trabalho e à exploração sexual são exercidas, sem o devido controle social. Crianças e adolescentes de origem pobre, de cor negra, residentes em áreas consideradas de risco para a "sociedade" são alvos recorrentes de distintas formas de violação.

dos na sua efetivação. Respeito e dignidade, valores menos tangíveis e materiais que outros fazem parte desta composição ampliada que define a cidadania deste segmento.

Segundo o artigo 5 do ECA, "Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais". Cabe a todos os segmentos da sociedade observar este artigo e se implicar na sua efetividade.

O trabalho com famílias e com a comunidade não deve se concentrar em períodos específicos. Este formato termina por concentrar o problema da violência nos espaços em que são disseminados. Como a linguagem e as práticas

"AS VIOLAÇÕES DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES SÃO MUITO FREQUENTEMENTE RELATIVIZADAS E NÃO ENTENDIDAS COMO PRODUTORAS DE DANO"

PRIORIDADE

Em primeiro lugar, é necessário considerar que a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo, no entanto, sujeitos prioritários da proteção social.

Outro aspecto relevante é considerar que todos os membros da sociedade estão implicados na proteção deste segmento. Se no passado, a família, as instituições religiosas e o Estado eram os cuidadores oficiais, o Estatuto da Criança e do Adolescente ampliou o espectro dos direitos, bem como dos atores implicados na sua efetivação. Respeito e dignidade, valores menos tangíveis e materiais que outros fazem parte desta composição ampliada que define a cidadania deste segmento.

violentas são partes de uma cultura enraizada numa sociedade, o enfrentamento à violência deve envolver todos os segmentos de uma sociedade e favorecer, de maneira permanente, a crítica consistente acerca de como as sociedades se organizam e os valores que fundamentam as relações entre os indivíduos. *bc*

JOANA GARCIA, DOUTORA EM SERVIÇO SOCIAL PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (2002). É DESDE 1994 DOCENTE E PESQUISADORA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. TEM EXPERIÊNCIA DE PESQUISA NOS SEGUINTES TEMAS: FAMÍLIA, CIDADANIA, POLÍTICA SOCIAL VOLTADA PARA INFÂNCIA E JUVENTUDE E AÇÃO SOCIAL DAS EMPRESAS.

eu apoio

"INFÂNCIA É O MOMENTO EM QUE NOS NUTRIMOS ATRAVÉS DO EXERCÍCIO DA VONTADE DE VIDA. QUEREMOS PARA OS NOSSOS FILHOS E PARA A NOSSA SOCIEDADE TRAÇOS CULTURAIS A PARTIR DO DESEJO, INTELIGÊNCIA, COOPERAÇÃO, PARCERIA, EMPATIA, LIBERDADE E CULTURA DE PAZ. TUDO ISSO, SE LANÇADO NA INFÂNCIA, TEM UMA CHANCE MAIOR DE SE ESTABELECER NO FUTURO. MAS ANTES DISSO, EU OLHO PARA A INFÂNCIA, PENSANDO E RESPEITANDO A POTÊNCIA INERENTE DE CADA CRIANÇA NO SEU MOMENTO PRESENTE."

ESTELA RENNER É CINEASTA, DIRETORA E ROTEIRISTA DE CRIANÇA, A ALMA DO NEGÓCIO, MUITO ALÉM DO PESO E O COMEÇO DA VIDA

COMEMORAÇÃO OU VIOLAÇÃO?

NOS ÚLTIMOS ANOS, O BRASIL JÁ FOI PALCO E CONTINUARÁ SENDO AINDA EM 2016 DE VÁRIOS MEGAEVENTOS. SE PARA UNS É MOTIVO DE COMEMORAÇÃO, SEJA PELOS NOVOS INVESTIMENTOS NO TERRITÓRIO OU PELA PROMESSA DE MELHORIAS NAS CIDADES, OU SIMPLESMENTE PELA ALEGRIA DAS FESTAS, PARA GRUPOS MAIS VULNERÁVEIS – PRINCIPALMENTE CRIANÇAS E ADOLESCENTES – PODE SIGNIFICAR UM RISCO EMINENTE: A AMPLIAÇÃO DE UMA SÉRIE DE VIOLAÇÕES AOS DIREITOS HUMANOS. QUAL SERÁ O LEGADO QUE O PAÍS PRETENDE DEIXAR PARA A INFÂNCIA E A ADOLESCÊNCIA APÓS ESSES GRANDES MOMENTOS ESPORTIVOS?

POR DANIELE PRÓSPERO

NOS PRÓXIMOS meses, os olhares de todo o mundo estarão voltados para o Brasil, que será sede, mais uma vez, de dois megaeventos: os Jogos Olímpicos, entre 5 e 21 de agosto, e Paralímpicos, de 7 a 18 de setembro, a serem realizados no Rio de Janeiro (RJ) e região metropolitana, além dos municípios que foram sede da Copa do Mundo FIFA 2014 e receberão as partidas de futebol. Nesses dias, as cidades serão inundadas por milhares de turistas vindos de diversas partes do mundo, assim como brasileiros apaixonados pelo esporte, que buscam momentos de energia e comemorações.

Ao lado de todo esse cenário de festas, porém, pv isca um sinal vermelho que não pode ser encoberto pela eurofia ou exuberância que envolve eventos de grande magnitude como esses. É preciso lembrar que preparar uma cidade para receber um grande evento envolve uma série de mudanças, obras e melhorias de diversas características e portes, passando por reforma de infraestrutura, mobilidade, reeorganização urbana, segurança, entre tantas outras.

E isso mexe com a cidade e com seus moradores. O impacto vai muito além do que fica visível aos olhos por meio das grandes construções. E o perigo pode estar aí: a invisibilidade de uma situação de vulnerabilidade já existente, especialmente para as populações mais desprotegidas, que pode se agravar.

"Sempre que houver uma maior aglomeração e trânsito de pessoas por um território, as crianças e os adolescentes ficam sujeitos a alguns riscos. Isso não quer dizer que os riscos e as condições de vulnerabilidade não existiam. Mas, essas condições, com certeza, acentuam a vulnerabilidade, que já é presente no país", alerta Anna Flora Werneck, gestora de projetos da Childhood Brasil, organização que trabalha para influenciar a agenda de proteção da infância e adolescência no país.

Só para se ter uma ideia, no período de 2011 a 2014, o Disque 100 (Disque Direitos Humanos), por exemplo, registrou 428.050 denúncias de violação de direitos de crianças e adolescentes. No ano de 2015, contabilizou 137.516 denúncias, sendo que a maior parte delas, ou seja, 80.437 foram em relação às crianças e adolescentes, principalmente meninas (54%) e na faixa etária de quatro a 11 anos (40%).

As organizações que atuam na rede de proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes apontam que esse cenário de violação se agravou no contexto de megaeventos dos últimos anos. Durante a Copa do Mundo FIFA, em 2014, houve um aumento de 17% nos casos de denúncia de violações de direitos de crianças e adolescentes - mês de junho de 2014 -, se comparado ao mesmo período em 2013 no Disque 100. Esse aumento representa um número de 1.658 denúncias a mais que no ano anterior. No entanto, é importante mencionar que esse dado não representa a extensão completa do problema, já que diz respeito somente aos casos que foram denunciados.

"De acordo com os nossos marcos legais, crianças e adolescentes são prioridade absoluta em qualquer circunstância e devem ser protegidas integralmente para garantir seu crescimento e desenvolvimento saudáveis. Qualquer ação que prejudique seus vínculos e até rotina de acesso a saúde, lazer e educação, gera impactos no seu desenvolvimento físico, emocional e intelectual. No caso dos grandes eventos, os organizadores devem ter como critérios de implantação e desenvolvimento da operação dos jogos, medidas que reduzam a zero qualquer impacto em crianças e adolescentes ou nos direitos humanos da população potencialmente afetada", lembra a gestora de projetos da Childhood Brasil.

VIOLAÇÕES

Mas, será que essas medidas que reduzem a zero o impacto, apontadas por Ana Flora, foram tomadas pelo Brasil no contexto dos últimos grandes eventos? A quarta edição do "Dossiê Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro (2015)", produzido pelo Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro, aponta um cenário não tão animador assim.

O dossiê traz como destaque o estudo "Documentando a violação de direitos de crianças e adolescentes no contexto da Copa do Mundo de 2014 no Brasil (2015)", desenvolvido pela Universidade de Dundee, em parceria com a PUC Rio, nas cidades do Rio de Janeiro e Recife. Os pesquisadores tiveram como proposta analisar o impacto direto, ocorrido não apenas durante a Copa, mas antes e depois do evento, na vida de crianças e adolescentes.

Foram ouvidas diversas organizações da área de direitos humanos, especialmente aquelas ligadas à defesa dos direitos de crianças (13 organizações participantes – entre elas a Childhood Brasil), e ainda grupos de crianças e adolescentes com idades entre 11 e 15 anos residentes em favelas e periferias das duas cidades. Segundo o estudo, as quatro principais violações dos direitos da criança e do adolescente encontradas foram: violência policial e do Exército; remoções; exploração sexual de crianças e adolescentes; e trabalho infantil.

Em relação à violência policial no período pré-Copa, por exemplo, foi dirigida a três grupos, entre eles as crianças e adolescentes em situação de rua, principalmente por meio do recolhimento compulsório destes grupos durante uma operação que no Rio de Janeiro recebe o nome de Operação Choque de Ordem. Para as entidades de direitos humanos, trata-se de uma maneira de realizar uma "limpeza das ruas" e preparar a cidade para os visitantes e visibilidade na mídia. A abordagem, segundo as entidades, está sendo feita de forma cada vez mais violenta, pautada somente no uso da força física e não no convencimento gradual usado por educadores e assistentes sociais.

Sobre a segunda violação, que diz respeito às remoções, o que ocorreu foi um agravamento na vida das famílias e, consequentemente, das crianças e adolescentes, tendo em vista que, em muitos casos, foram morar nas ruas, além da falta de informação, intimidações e violência sofrida durante o processo de deslocamento para outros locais.

O dossiê destaca ainda a "invisibilidade" da exploração sexual de crianças e adolescentes, devido ao fato de que, muitas vezes, ela é uma consequência de outros problemas sociais. Além disso, ressalta ainda a questão cultural, na qual meninas ou meninos sendo explorados sexualmente não são percebidos como vítimas - na verdade, nem mesmo como crianças ou adolescentes -, o que constitui um grave problema em termos do entendimento da população sobre o que define a exploração de crianças e adolescentes e, consequentemente, a sua denúncia. Os dados das entrevistas realizadas pela Universidade de Dundee mostraram que meninas pobres e em situação de vulnerabilidade entre 9 a 17 anos se encontram particularmente em risco de exploração sexual e assédio.

O documento enfatiza ainda que, em relação ao trabalho infantil no contexto da Copa do Mundo no Brasil, o cenário é semelhante ao que já existe em outros grandes eventos e festas regionais como o Carnaval e o São João no Nordeste do país. Nessas ocasiões, muitas crianças e adolescentes buscam as ruas e os locais com grande movimentação de

pessoas, em especial turistas, para trabalharem na venda informal de comida e bebida.

Outro aspecto importante no que se refere ao trabalho infantil durante a Copa foi o não cumprimento da Constituição Federal Brasileira e da própria Confederação Brasileira de Futebol (CBF), que, desde 2004, proibiu o trabalho de gandula para menores de 18 anos. No entanto, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) publicou uma resolução em 2013 que autorizava o trabalho de crianças e adolescentes nesse tipo de evento.

A FIFA e as empresas patrocinadoras da Copa do Mundo de 2014 estiveram então autorizadas a contratar crianças e adolescentes a partir de 12 anos para trabalhar em atividades promocionais relacionadas ao Mundial de futebol, sendo uma delas a de gandula. Essa decisão foi considerada um grande retrocesso na legislação que já estava sendo aplicada com eficácia.

ARTICULAÇÃO

Uma das iniciativas que vem ganhando força no país, desde a definição do Brasil como país sede da Copa das Confederações de 2013 e da Copa do Mundo FIFA 2014, a partir da percepção da necessidade de uma atuação coletiva para a proteção de crianças e adolescentes em grandes eventos, é a chamada "Agenda de Convergência Proteja Brasil".

A proposta partiu de uma mobilização de instituições da sociedade civil brasileira e de organismos internacionais, envolvendo diversos atores estratégicos que passaram a pensar e implementar ações no âmbito de uma relação interfederativa, intersetorial e interinstitucional em âmbito nacional e em todas as doze cidades-sede da Copa do Mundo. A ação é agora coordenada pela Secretaria de Direitos Humanos.

"A iniciativa ganhou esse nome justamente porque buscou convergir as preocupações, os investimentos, as ações e as competências de todos os parceiros envolvidos na proteção de crianças e adolescentes – tanto os agentes governamentais, quanto os não-governamentais, seja em nível nacional ou internacional - principalmente nos campos da prevenção, proteção, repressão, responsabilização, protagonismo e comunicação", explica Rodrigo Torres, Secretário Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente.

A prioridade inicial foi a atuação nos principais eventos previstos no Brasil nos anos de 2013 e 2014 – a Copa das Confederações, a Jornada Mundial da Juventude e a Copa do Mundo. Foram discutidos e estabelecidos planos, estratégias e fluxos, e experiências foram trocadas entre diversos órgãos de governo, instituições da sociedade civil e organismos internacionais.

"A demanda inicial trazida para a Agenda concentrava-se quase que exclusivamente na exploração sexual de crianças e adolescentes. No entanto, alargou-se a compreensão do papel da Agenda com o entendimento de que a exploração sexual é uma violência que não se dá de forma isolada e fragmentada. Dessa forma, foi importante priorizar o combate a outras violações de direitos humanos que são possíveis de acontecer em um cenário de grandes eventos", comenta Rodrigo.

Dessa forma, para a implementação das ações foram mapeados os seguintes cenários de violação de direitos de crianças e adolescentes: violência sexual, exploração sexual; trabalho infantil; desaparecimento de crianças e adolescentes; venda de álcool e outras drogas para crianças e adolescentes; abordagem violenta na identificação de adolescentes cometendo ato infracional; violência letal; e negligência e outros tipos de violência.

A iniciativa prevê ações integradas entre as três esferas de governo, organizações não-governamentais, rede de proteção e organismos internacionais. Governos estaduais e municipais aderiram à Agenda de Convergência por meio de termos de adesão, que garantiram o estabelecimentos dos Comitês Locais de Proteção Integral de Crianças e Adolescentes. Todo o trabalho é orientado por um plano de ação, coordenado pelo Comitê Nacional em parceria com os Comitês Locais.

A Agenda conta com cinco frentes de trabalho: articulação insterinstitucional, fluxos e metodologia de atendimento, formação da rede de proteção, comunicação e ações de repressão e denúncias. Os papéis e responsabilidade de cada um dos envolvidos depende da missão institucional dos envolvidos, não devendo haver sobreposições de ações.

"A Agenda de Convergência representa uma grande inovação na preparação do Brasil para a realização de grandes eventos. Como resultado adicional, a própria política de promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente foi fortalecida, por meio de ações integradas e articuladas na sociedade e nas três esferas da Federação", enfatiza o Secretário Nacional.

Entre os benefícios que já vem sendo alcançados pela iniciativa, destaca Rodrigo Torres, está o desenvolvimento e implementação de uma metodologia de proteção de crianças e adolescentes que pode subsidiar o planejamento de ações para outros eventos esportivos, festivos, religiosos, culturais etc, assim como ser ajustada para outros con-

DENÚNCIA NA PALMA DAS MÃOS

A população brasileira pode participar ativamente e ajudar a denunciar as violações aos direitos humanos utilizando o celular. Para isso, basta acessar o aplicativo Proteja Brasil, uma das iniciativas da Agenda de Convergência.

Por meio de geolocalização, o aplicativo mostra informações como telefones, endereços e indicações do melhor caminho para chegar à rede de proteção mais próxima, como delegacias especializadas de infância e juventude, conselhos tutelares, varas da infância e organizações sociais.

Além de ter acesso a estes dados, o aplicativo está conectado também ao Disque 100 (Disque Direitos Humanos), sendo possível realizar a denúncia anônima pela própria ferramenta. O aplicativo traz ainda informações detalhadas sobre os diversos tipos de violências às quais as crianças e adolescentes estão expostas: tráfico, trabalho infantil, negligência, abandono, tortura, violência física, sexual e psicológica etc.

A ferramenta está disponível para aparelhos com sistema operacional Android ou IOS e é gratuita. Para utilizá-la, basta realizar o download, permitir que o aplicativo tenha acesso à localização e dar início à denúncia.

Acesse: **www.protejabrasil.com.br**

textos, como a realização de obras e empreendimentos. "Os legados dos recentes megaventos que vivenciamos no país são fundamentais para que essa Olimpíada tenha menos violações de direitos."

CAMPANHA

Outra ação que já começou a ser realizada e ganhará mais força nos próximos meses é o Projeto Rio 2016: Olimpíadas dos Direitos da Criança e do Adolescente, coordenado pela Frente Nacional de Prefeitos (FNP), com cofinanciamento da União Europeia (UE), em parceria com a organização Viva Rio, a organização italiana ISCOS Piemonte e a Rede Internacional End Child Prostitution, Pornography and Trafficking (ECPAT-França), além da prefeitura de Porto Alegre (RS) e municípios do Rio de Janeiro (RJ). Diversos outros órgãos governamentais e organizações não-governamentais também estão envolvidas na iniciativa.

A meta do projeto é promover ações de proteção integral da criança e do adolescente na prevenção de cinco violações consideradas as mais recorrentes em grandes eventos, levantadas a partir de dados oficiais: exploração sexual infantil; trabalho infantil; uso de álcool e outras drogas; crianças em situação de rua; e crianças perdidas e desaparecidas.

"Apesar de todas as iniciativas para coibir essas violações, elas ainda persistem no país. E há várias causas para essa questão, que não são isoladas. Podemos dizer que fazem parte de uma teia de problemas sociais e estruturantes que acontecem ao longo do tempo. As campanhas e mobilizações são um caminho para amenizar a persistência dessas violações por meio da conscientização da população. Por isso, o foco da campanha e do projeto será justamente o de comunicar à sociedade de que crianças e adolescentes têm direitos justamente por serem crianças e adolescentes.", enfatiza Geraldo Luzia de Oliveira Júnior, vice-presidente de Esporte da Frente Nacional de Prefeitos.

Assim, o projeto pretende sensibilizar a sociedade sobre o assunto, além de esclarecer a população sobre as violações mais recorrentes dos direitos das crianças e adolescentes em grandes eventos e informar qual o fluxo de atendimento e órgãos que deverão ser acionados em caso de violações. Para isso, irá promover uma série de ações. A primeira delas será a capacitação de 600 servidores públicos e gestores e educadores de organizações não-governamentais que atuam na causa, entre final de maio e início de junho. Além disso, na frente de participação e protagonismo, o projeto prevê a capacitação dos 100 voluntários brasileiros e internacionais, principalmente jovens do Rio de Janeiro. Os jovens internacionais serão definidos pelos municípios e organizações de referência com base na experiência em outros eventos similares e na fluência no português. Os jovens cariocas (cerca de 60) serão selecionados por meio de um edital que será lançado ainda no mês de maio e será dedicado prioritariamente a afrodescendentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

A capacitação trará conteúdos similares à realizada com gestores, acrescida por conteúdos específicos, de comunicação social, abordagem ao turista e noções básicas de língua inglesa. "Tanto os voluntários como a rede local terão a missão de informar ao grande público o que significam os direitos das crianças e dos adolescentes, sobre o que fazer em caso de violação e qual encaminhamento pode ser feito", explica Geraldo Junior.

No que diz respeito à denúncia, haverá o incentivo ao uso dos canais de comunicação, como Disque 100 e o aplicativo Proteja Brasil, e uma ampla campanha será veiculada.

PARTICIPAÇÃO

Para que todas as ações previstas ganhem escala e se tornem efetivas no cotidiano dos grandes eventos, os especialistas ressaltam a importância do engajamento de toda a sociedade no tema para evitar situações de violações dos direitos.

"É importante, antes de tudo, que a sociedade civil reconheça quando uma criança está tendo seus direitos violados. Por vezes, normalizamos algumas situações - como crianças vivendo em situação de rua, vendendo produtos, sendo exploradas sexualmente – e não percebemos que ali está uma grave violação de direitos da infância. Por isso, ao não reconhecer que uma criança está em situação de vulnerabilidade ou sofrendo a violência, não denunciamos ou não levantamos a voz para protegê-la. Denunciar é muito importante", ressalta Ana Flora.

Segundo o vice-presidente de Esporte da Frente Nacional de Prefeitos, a conscientização em relação à necessidade da proteção dos direitos da criança e do adolescente é um processo de amadurecimento e é importante que aconteça de forma permanente. "O desafio da rede de proteção é justamente promover ações de conscientização e trazer toda a sociedade para um movimento de proteção integral da criança e do adolescente."

LEGADO

Mas, afinal, e quando os megaeventos não forem mais o foco das cidades? O que será deixado como legado para o campo dos direitos das crianças e dos adolescentes? Os projetos apontam que será possível sim colher frutos para o dia a dia, principalmente pela formação da rede de proteção e das ações de conscientização da sociedade sobre o tema.

A Childhood Brasil, por exemplo, está desenvolvendo uma pesquisa para levantar dados qualificados de registros de violações de direitos das crianças e adolescentes visando criar medidas de monitoramento das violações durante as Olimpíadas e comparando com o período da Copa. Outro projeto nessa frente inclui o engajamento das redes hoteleiras da cidade para o enfrentamento da exploração sexual.

"Grandes eventos são uma oportunidade de rediscutir fragilidades do sistema e melhorar processos, deixando um legado para o local. O mais importante é que o país saia melhor do evento do que quando entrou. E, para isso, é importante que tanto a organização do evento, quanto a sociedade civil, pensem em ações protetivas para a população local. Ter uma agenda que contemple questões de direitos humanos antes (para escolha do local), durante (o que será feito para mitigar os riscos) e após os jogos (o que será deixado de legado para a localidade) é uma forma de proteger crianças e adolescentes das potenciais violações, incluindo abuso e exploração sexual", alerta Ana Flora.

O Secretário Nacional ressalta que a proposta é que a Agenda de Convergência seja um espaço permanente de articulação e integração de políticas para a efetivação dos direitos de crianças e adolescentes do país, "bem como realizar uma avaliação das principais iniciativas e compartilhar essas experiências com outros países que sediarão os próximos grandes eventos". *bc*

FIQUE DE OLHO

Acesse alguns materiais que trazem mais dados sobre o assunto:

– Dossiê Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro (2015): ***http://bit.ly/24ApDrz***

– Sumário executivo do estudo "Documentando a violação de direitos de crianças e adolescentes no contexto da Copa do Mundo de 2014 no Brasil": ***http://bit.ly/1SQ3BwT***

– Guia Agenda de Convergência Proteja Brasil: Promoção, proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes em grandes eventos: ***http://bit.ly/21BncD7***

– Balanço Disque 100 (2015): ***http://bit.ly/1NI7YQc***

violência invisível

EM ENTREVISTA À BEM CUIDAR, ISA OLIVEIRA, A SECRETÁRIA EXECUTIVA DO FÓRUM NACIONAL DE PREVENÇÃO E ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL (FNPETI) APONTA O TRABALHO INFANTIL É UMA VIOLÊNCIA CONTÍNUA, QUE TENDE A AUMENTAR DURANTE OS GRANDES EVENTOS.

POR DANIELE PRÓSPERO

UMA DAS PRINCIPAIS violações aos direitos das crianças e dos adolescentes observadas nos grandes eventos – o trabalho infantil – continua ainda invisível aos olhos de boa parte da população brasileira que não o vê como uma violência à infância. Com a grande concentração de pessoas em datas como essas, ele passa a ser enxergado, principalmente pela rede de proteção, que traz respostas ainda pontuais para resolver a situação. Para falar sobre esse cenário, a Bem Cuidar conversou com Isa Oliveira, Secretária Executiva do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI), que enfatiza a importância do trabalho permanente para reverter esse quadro. E alerta: "A violência não tem hora para acontecer e fiscalização não pode também marcar horário".

Bem Cuidar: Algumas pesquisas e estudos realizados no contexto de grandes eventos apontam o trabalho infantil como uma das principais violações aos direitos das crianças e adolescentes. Por que esse cenário se intensifica em momentos como este?
Isa Oliveira: Percebemos que os eventos motivam muito as famílias para trabalharem na venda informal de comida e bebida e também na coleta de materiais recicláveis, pois são fontes de renda. Assim, o trabalho infantil, principalmente o informal, está presente em todas as cidades e isso já é uma constante. Mas não é muito visível, ninguém fiscaliza. Porém, quando você tem um grande evento, as violações têm a oportunidade de crescerem ou de se tornarem mais visíveis, tendo em vista a concentração de pessoas. Assim, numa Copa do Mundo, por exemplo, em que tivemos várias equipes dos Comitês de Proteção Integral a Crianças e Adolescentes fazendo busca ativa de violações dos direitois, foi possível enxergar o trabalho infantil. Não temos comprovação, mas os dados que temos coletados, da Copa das Confederações em 2013 e da Copa do Mundo em 2014, por meio dos Comitês, Disque 100 e dos Conselhos Tuletares, a violação que teve maior incidência em termos quantitativos foi a de trabalho infantil.

BC: E essa violação se mantém ainda no país, de forma assim tão intensa, por quais razões?
IO: Há um agravante que é o fato do trabalho infantil ser visto com algo natural e se justifica no discurso de uma boa parte da sociedade que acredita ser este uma coisa boa. Todos reconhecem, por exemplo, que há uma violação de direitos na questão da exploração sexual de crianças e adolescentes. Mas não há esse reconhecimento ao trabalho infantil. As pessoas dizem: 'se a criança está com a família então está tudo bem' ou 'é tão cedo para trabalhar, mas ele já está ajudando e é responsável'. É um discurso que naturaliza a situação e passa a fazer parte do cotidiano.

BC: Há alguma iniciativa específica para atuar nessa violação que têm sido feita no contexto dos grandes eventos?
IO: Em algumas capitais que receberam a Copa do Mundo, os governos conseguiram que os vendedores ambulantes cadastrados assinassem uma cláusula dizendo que, para conseguirem a autorização de trabalho, não poderiam ter trabalho infantil.
Mas no meu entendimento esse trabalho não pode ser feito de véspera. Agora, imagina no dia do evento: a família está na sua barraca de venda de comida e é abordada pelo Comitê de Proteção, que diz que a criança não pode ficar ali e ela precisa ser encaminhada para o Espaço de Convivência que foi criado. Por que essa família deveria confiar nesse profissional e entregar seu filho assim? Não é justo arrancar a criança desta forma da família.
Em 12 junho, por exemplo, que é o Dia Mundial e Nacional contra o Trabalho Infantil, há uma fiscalização mais concentrada também. Mas, é preciso ter ações periódicas e não somente em períodos especiais. As iniciativas têm que ser diárias. As ações de enfrentamento não podem acontecer apenas em horário comercial, pois há trabalho infantil noturno, nos fins de semana e nas férias. A violência não tem hora para acontecer e a fiscalização não pode também marcar horário.

BC: Como seria esse trabalho prévio com a família?
IO: É preciso ser feito um trabalho permanente. Há várias outras grandes festas, como Carnaval, Festa Junina etc, que acontecem todos os anos e num período definido. Poderia haver um trabalho dos CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) e dos CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social) apresentando previamente esses espaços para que a família aí sim confie. É preciso não discriminar e reconhecer nesta família todos os direitos que ela tem. É necessário falar na linguagem que ela possa entender e saber que é a grande responsável pela proteção dos seus filhos. Mas, o país precisa dar condições para que as famílias façam isso. É muito fácil responsabilizá-las pelo trabalho infantil, mas é preciso saber suas histórias e entender suas condições de vida. Como trata-se de uma situação bem complexa, é necessário cuidado e cautela. Não é desrresponsabilizar a família, mas é preciso trabalhar a longo prazo. Quando se trata de direitos humanos, na area de trabalho infantil, não adianta você dizer: a criança não tem que trabalhar. É preciso trazer alternativas, permitir que essa criança tenha acesso à escola, que possa estar em outras atividades no contraturno para que a família tenha condições de trabalhar. Só dizer não resolve, pois você joga o problema apenas para a família que não como resolver sozinha.

BC: De que forma o Fórum irá atuar então pré e durante as Olimpíadas para reverter esse cenário? Há alguma iniciativa programada?
IO: A sociedade civil não é executora das políticas públicas para este campo, como o CREA e o CRAS, por exemplo, que têm a responsabilidade dentro da política de assistência social. Temos um papel maior de estar junto e ajudar a definir as estratégias, revisar a metodologia etc.
No caso das Olimpíadas, estamos atuando junto ao Projeto Rio 2016: Olimpíadas dos Direitos da Criança e do Adolescente, coordenado pela Frente Nacional de Prefeitos. E

BC: E o que ainda é preciso fazer que não foi possível realizar até agora?
IO: Algo que não demos conta de fazer em eventos anteriores é com que as redes locais de proteção estivessem bem articuladas para acompanhar o trabalho dos Comitês de Proteção Integral a Crianças e Adolescentes para ter registro e fazer um acompanhamento do número de violações referentes ao trabalho infantil. É preciso criar essa linha base de atuação nas localidades para todos os eventos.

BC: E, após a realização destes grandes eventos, o que precisa ser criado no país para reverter esse quadro de violação?
IO: É preciso continuidade das ações, pois a violência é contínua, mas o nosso trabalho tem interrupções. O Brasil não consegue fazer uma implementação de política pública de fato, que é coisa de Estado, independente de qual governo esteja no poder. O problema é que cada um que assume muda ou acaba com um programa anterior. Além disso, o que eu acho que vai ficar para o Rio de Janeiro, principalmente, por conta dos grandes eventos, é essa metodologia dos Comitês, que procura articular todos os atores do sistema de garantia dos direitos das crianças e adolescentes. É preciso que isso seja replicado agora em outras grandes comemorações, como a festa do Bumba Meu Boi, do Maranhão, no Sírio de Nazaré etc. Precisamos manter essa chama acessa. *bc*

"O BRASIL NÃO CONSEGUE FAZER UMA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICA PÚBLICA DE FATO, QUE É COISA DE ESTADO, INDEPENDENTE DE QUAL GOVERNO ESTEJA NO PODER"

Pergunta aos atletas

POR MARIA DE FÁTIMA DA SILVA

DESDE A ASSINATURA da Convenção sobre os Direitos da Criança, adotada na Assembleia Geral das Nações Unidas de 20 de novembro de 1989, o mundo luta diariamente para que sejam cumpridos os acordos assinados pelos Estados para garantir os direitos da criança e do adolescente. No Brasil, além deste documento, deve-se também cumprir com os textos disposto no Art. 227 da Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), promulgado em 13 de julho de 1990.

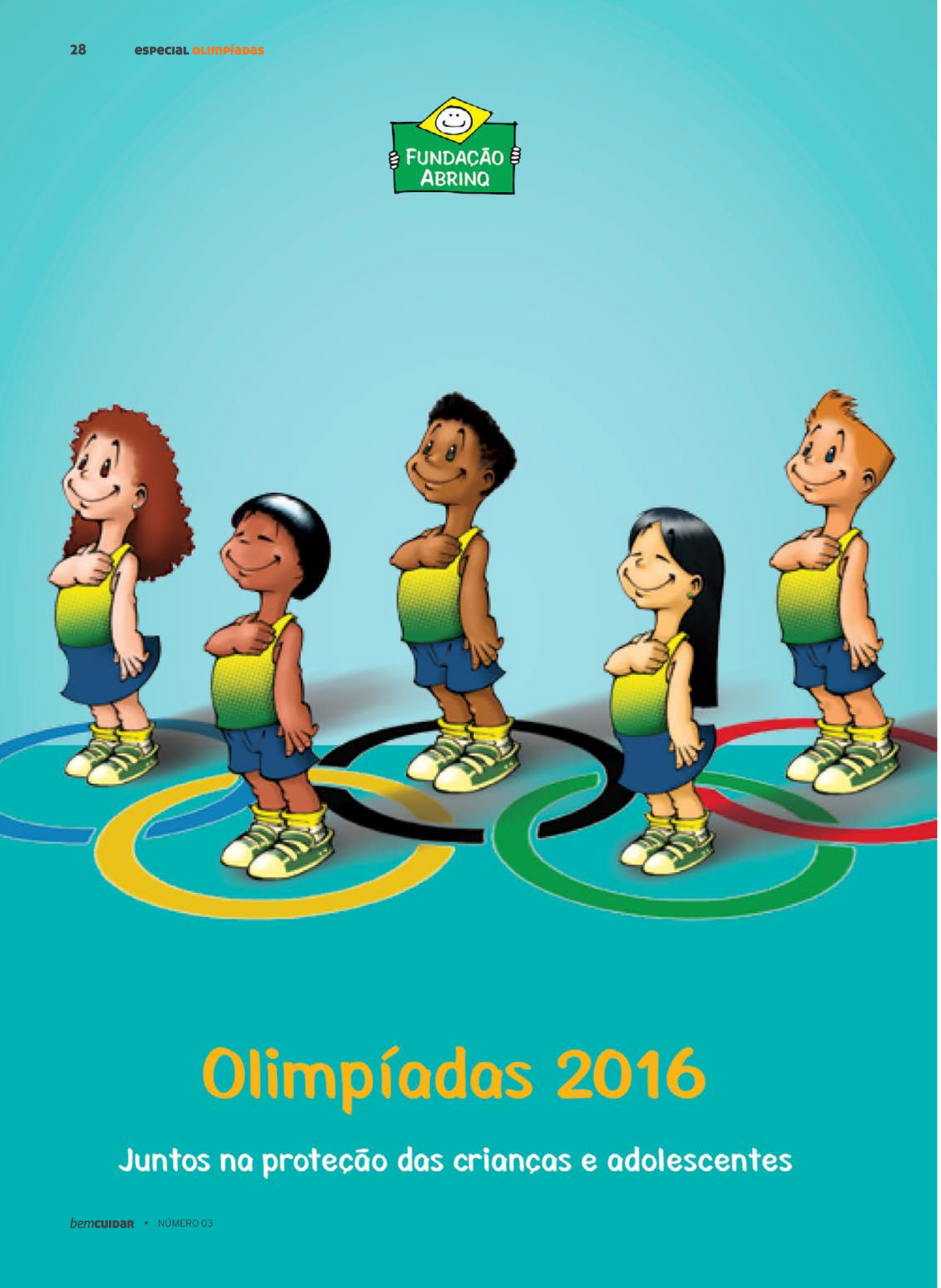
A proteção e defesa de nossas crianças e adolescentes é prioridade absoluta. Prioridade: qualidade do que está em primeiro lugar, ou do que aparece primeiro. Absoluta: incontestável sem restrições, que não é relativo, independente. Além disso, não se pode esquecer que eles são sujeitos de direitos em situação peculiar de desenvolvimento. Em julho, o ECA completou 26 anos. Mas quais são os legados sociais que estamos deixando para os meninos e meninas brasileiras? E para quais crianças e adolescentes estamos deixando esses legados? Quem são as crianças e adolescentes que precisam dos nossos legados sociais, se não justamente aquelas para as quais tudo foi negado? Que legados os Jogos Olímpicos devem deixar para essas crianças? Quais são as dívidas sociais, que vêm se acumulando desde o descobrimento do Brasil?

Seriam para as crianças indígenas, que aqui sempre viveram, os legados sociais das Olimpíadas? Seriam para os descendentes de escravos? Ou para filhas e filhos de Ciganos e tantas outras etnias? Independentemente de sua origem, todas as crianças e adolescentes precisam de um legado social. Mais importante que isso: precisam ser vistos como sujeitos de direitos, com participação efetiva em todos os espaços em que estão inseridos, seja na família, na escola ou na comunidade.

Trazer este tema em época de megaeventos como as Olimpíadas é se lembrar do pacto no qual o mundo se comprometeu a exercer, no âmbito da proteção e do cuidado, para que todas as crianças possam viver, sobreviver e se desenvolver. Isso tudo só será possível com a Garantia dos Direitos, negados há tantos anos.

Deveríamos perguntar a cada atleta participante, das delegações de cada país, "como foi a sua infância, quais os direitos lhes foram negados, quais lhe foram garantidos?". Com certeza, na parte dos direitos negados, poderíamos identificar os caminhos da resiliência e dos direitos humanos que fizeram destas pessoas atletas consagrados. Este seria o maior legado, não acham?

MARIA DE FÁTIMA DA SILVA É PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO RIO DE JANEIRO (CEDCA/RJ)



Cartilha alerta

DOCUMENTO DIRIGIDO AO PÚBLICO MOSTRA AS PRINCIPAIS ÁREAS ONDE PODEM OCORRER VIOLAÇÕES, PRINCIPALMENTE NA UTILIZAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA INFANTIL E EXPLORAR SEXUALMENTE CRIANÇAS E ADOLESCENTES.

A CARTILHA *Olimpíadas 2016 – Juntos na proteção das crianças e dos adolescentes*, faz um alerta sobre a atenção necessária à infância e juventude durante megaeventos, como os Jogos Olímpicos. Criada pela Fundação Abrinq, é a segunda edição do material, publicado pela primeira vez em 2014, por conta da Copa do Mundo.

Como aponta a cartilha, eventos dessa magnitude recebem milhares de turistas e trazem benefícios para o país, como melhorias de infraestrutura, geração de empregos e uma forte injeção de capital. Por outro lado, é recorrente também violações aos direitos das crianças e adolescentes.

Nesse sentido, o material indica as principais áreas onde podem ocorrer violações, como a construção civil, o setor de transportes, comércio de rua, confecções, a indústria do turismo, entre outros que podem utilizar de mão-de-obra infantil e explorar sexualmente crianças e adolescentes.

EXPLORAÇÃO

O turismo sexual envolvendo menores é um dos principais pontos de atenção durante megaeventos e um dos assuntos importantes da cartilha. Ela destaca que grandes competições aumentam a exploração sexual comercial de crianças, adolescentes e mulheres. Alerta também para a responsabilidade de toda a sociedade, incluindo governos, entidades e cidadãos, para evitar que ocorram abusos e como é possível registrar denúncias junto às autoridades competentes.

Os Conselhos Tutelares municipais, o Ministério Público, o Disque Denúncia (100) e o aplicativo Proteja Brasil são elencados no material como os principais canais de denúncias existentes no Brasil e devem ser utilizados pela população em caso de suspeitas ou denúncias concretas envolvendo exploração de menores.

A cartilha será distribuída para organizações sociais apoiadas pela Fundação Abrinq e para as empresas participantes do Programa Empresa Amiga da Criança. O material está disponível na página da organização *www.fundabrinq.org.br.* bc

CONTRA a VIOLAÇÃO

KÁTIA GOMES, ARTICULADORA COMUNITÁRIA, ACREDITA NO TRABALHO DIÁRIO PARA PREVENIR VIOLÊNCIA, ABUSOS E NEGLIGÊNCIAS EM REGIÕES DE ALTA VULNERABILIDADE SOCIAL

POR LARISSA O'CAMPOS

"UM TRABALHO de formiguinha". É assim que Kátia Gomes, 28, define seu papel na prevenção de violações de direitos de crianças e adolescentes. Assistente de Desenvolvimento Familiar e Comunitário (ADFC) na Aldeias Infantis SOS Brasil, Kátia atua há quase cinco anos fazendo a articulação comunitária em bairros do extremo sul da cidade de São Paulo, como Grajaú, Parelheiros e Vargem Grande, que contam com altos índices de vulnerabilidade social e pouco acesso à saúde, cultura e lazer, entre outros direitos básicos.

O trabalho de prevenção começa no diagnóstico da comunidade. A equipe anda pelo território, faz pesquisas com os moradores, identifica as lideranças existentes e verifica qual delas tem interesse em desenvolver atividades para as crianças e os adolescentes, com o objetivo de protegê-los. A partir desse diagnóstico, com todas as informações da região, o articulador comunitário realiza um trabalho de formação com essa liderança.

As atividades vão desde ajudar a organizar a rotina do centro comunitário até mostrar como definir e programar ações de acordo com o assunto, o público envolvido e os parceiros essenciais. Tudo é pensado para qualificar e tornar referência o atendimento das crianças e dos adolescentes da região.

"O nosso objetivo é fortalecer esses líderes, ensinando a eles sobre políticas públicas, o sistema de garantia de direitos e, principalmente, sobre a importância da articulação em rede, de se envolver outros equipamentos públicos, como a escola, a Unidade Básica de Saúde (UBS) e a Polícia, por exemplo", conta. Se se pretende fazer uma ação com os adolescentes, por exemplo, e é importante a presença de alguém da UBS, o ADFC, ou articulador comunitário, vai com o líder até a unidade para discutir o encontro. "Isso estimula as pessoas e os equipamentos públicos que estão no território a dialogarem e começarem a trabalhar juntos", explica.

Essa atuação conjunta, feita com diversos atores da rede e formando moradores e famílias da comunidade, cria um espaço de prevenção e garantia de direitos. As palestras, rodas de conversa e atividades lúdicas instrumentalizam a comunidade, que se torna defensora das crianças. Com isso, os próprios moradores combatem os abusos, a violência. A comunidade passa a ficar atenta para prevenir esses problemas.

Mas a chave de tudo é estar sempre próximo ao líder comunitário. Deste modo, ele aprende não só como fazer essa articulação por conta própria, mas também a ter um olhar que promova a convivência familiar e comunitária, fortalecendo o território como um todo. "Assim, independentemente de estarmos lá ou não, eles vão continuar esse trabalho. Porque já aprenderam e têm o foco de proteger as crianças e os adolescentes".

Articular toda a comunidade e fortalecer lideranças leva tempo, mas é importante acreditar. Nas pessoas, na mudança de olhar dos moradores, e que é possível formar pessoas que lutem pela promoção e garantia de direitos. Porque quando dá certo, vale à pena. "Ver uma liderança que tinha pouco conhecimento lutando em Brasília por melhorias habitacionais para a sua comunidade é muito gratificante. Ver um coordenador de escola elogiando um aluno 'problemático' que melhorou seu comportamento depois de algumas oficinas feitas em parceria com a própria escola é ótimo".

E é por esses casos impactantes que Kátia, geógrafa de formação, nutre uma paixão pelo dia a dia no território. Mesmo sabendo que com o fortalecimento das comunidades sempre chegará a hora de começar esse trabalho de formiguinha em outros lugares. "Eu só espero que, mesmo que a gente deixe de participar todos os dias, eles continuem focados na garantia dos direitos da criança e do adolescente e na convivência familiar e comunitária. Eles podem fazer de um jeito diferente, um jeito deles. Desde que consigam manter esse foco, de proteção, eu estou feliz". *bc*

espaço PRÓPRIO

POR LARISSA O'CAMPOS

CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JOVEM REPRESENTANTES DE TODOS OS ESTADOS BRASILEIROS DITARAM O RITMO DA 10ª CONFERÊNCIA NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, APRESENTANDO PROPOSTAS, DEMANDAS E PROVANDO QUE, SEM A PARTICIPAÇÃO DELES, NÃO É POSSÍVEL CRIAR

"O MEU SONHO é que todas as crianças, assim como eu, possam ter a oportunidade de falar sobre os seus direitos. Porque não tem como falar da gente sem a nossa participação". Com essa frase, Jonathan, 10 anos, resume bem o movimento que tomou força durante a 10ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, realizada de 25 a 27 de abril em Brasília. A edição ficou marcada pelo recorde de participação de crianças, adolescentes e jovens em todas as conferências. Eram cerca de 500, um terço dos mais de 1.400 delegados presentes.

A metodologia do encontro começou a ser definida em 2014, quando foi criado o G38, um grupo de adolescentes representantes de todos os estados brasileiros e também todos os segmentos sociais, como o movimento negro, LGBT, cigano e acolhimento, entre outros. Para Alessa Sumizono, integrante do G38 e representante do Ceará, a conferência se tornou um marco para a militância dos direitos da criança e do adolescente. "Nós tivemos, aqui, a primeira mesa composta só por crianças e adolescentes. Em dez conferências. Isso é muito representativo", diz.

O G38 integrou a comissão organizadora desde o começo de seu planejamento. E ficou responsável por desenhar as metodologias do eixo que discutiria a participação de crianças e adolescentes. "Eu e outros 37 adolescentes estamos na comissão organizadora há dois anos, planejando e participando de formações para pensar como poderíamos dar a esta conferência a cara da infância e da adolescência brasileira."

O resultado: das 11 plenárias temáticas criadas discutir as propostas, quatro eram formadas somente por adolescentes. Por meio de dinâmicas e rodas de conversa, eles discutiram 24 propostas sobre participação e decidiram, de maneira democrática, quais seriam levadas para votação geral.

GT CRIANÇA

Outro desses 11 grupos foi o GT Criança. Cerca de 20 crianças de 6 a 11 anos, eleitas delegadas de seus estados e regiões, participaram de atividades lúdicas durante os três dias de conferência para elaborar suas próprias propostas.

"NÓS TIVEMOS, AQUI, A PRIMEIRA MESA COMPOSTA SÓ POR CRIANÇAS E ADOLESCENTES. EM DEZ CONFERÊNCIAS! ISSO É MUITO REPRESENTATIVO"

"Como os adolescentes estavam bem organizados, nós percebemos a importância de organizar a metodologia para as crianças. Por isso, criamos um grupo de trabalho dentro da comissão organizadora, o GT de Participação Infantil da Rede Nacional Primeira Infância, para elaborar um guia metodológico para as crianças", conta Fábio Paes, presidente do Conanda.

De acordo com o documento, criado pela StreetInvest e Associação Lifewords Brasil, "o GT é fundamentado por uma abordagem baseada em direitos e com uma abordagem centrada na criança, que reconhece o direito das crianças e adolescentes de participarem em assuntos que lhes dizem respeito: os seus direitos para dar suas opiniões, para adultos ouvirem, e para que seus pontos de vista sejam levados a sério".

Para ajudar as crianças nesse trabalho, havia uma equipe de facilitadores que conduziu um processo de escuta das crianças e realizou capacitações para reconhecer os porta-vozes e refletir as habilidades necessárias para um delegado. Todas as atividades foram coordenadas por Clenir Santos, conselheira do Conanda e representante da Lifewords. Os pequenos delegados ainda tiveram um encontro com o próprio Fábio Paes e com Rodrigo Torres, Secretário Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e Adolescente, para tirar suas dúvidas sobre o ECA e discutir as propostas.

Na manhã de 27 de abril, um momento histórico comoveu a todos: as crianças levaram ao palco da plenária final da conferência o "Mosaico dos Sonhos", com desenhos e colagens que representavam as suas propostas. Entre elas estavam o direito ao lazer, à educação, o respeito às diferenças e a divulgação do ECA. Todas as propostas foram aprovadas pela plenária e integraram o documento final da conferência.

Para os próximos encontros, pretende-se aumentar ainda mais a participação e dar mais voz às crianças e aos adolescentes. "Nós criamos um novo parâmetro de participação de crianças e adolescentes. Pudemos mostrar para os conselhos municipais e estaduais e para o próprio Conanda e o governo que essa participação é fundamental", conta Paes. Segundo ele, o Conselho está desenhando uma proposta para que existam espaços efetivos de participação para as crianças, assim como hoje existe o G38. "A ideia é trabalhar uma agenda com elas, para que possam ser escutadas e participem das deliberações", conclui.

59 PROPOSTAS APROVADAS

A 10ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente teve como objetivo discutir o Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes e fortalecer os Conselhos dos Direitos. Durante os três dias, mais de 1.400 delegados discutiram as propostas resultadas das 27 conferências realizadas em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal.

Do total presente no Caderno de Propostas, 66 foram aprovadas em grupos e encaminhadas para a votação na plenária final. Destas, 59 serão incorporadas às diretrizes da política nacional de promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, concentrando-se em três eixos: Política Nacional DCA, Reforma Política dos Conselhos DCA e Plano Decenal DCA.

Entre as propostas debatidas, destacam-se:

- A ampliação da participação de crianças e adolescentes em todas as instâncias de participação e decisão;
- A realização de capacitação continuada dos profissionais que fazem o atendimento de crianças e adolescentes;
- O fortalecimento da rede de proteção e atendimento a crianças e adolescentes;
- O apoio aos Fundos da Infância e Adolescência pelas empresas que executam grandes obras como condicionante do licenciamento;
- A ampliação de Varas específicas da Infância e Juventude para acelerar o andamento e julgamento dos processos judiciais.

Segundo Fábio Paes, presidente do Conanda, foi criado um painel para analisar e monitorar as propostas aprovadas, avaliando o que já existe e precisa ser implantado e o que ainda não existe e demanda uma regulamentação. "O Conanda vai acompanhar este painel, fazendo deliberações e encaminhando aos órgãos responsáveis para que estas propostas sejam aplicadas nas instâncias competentes". *bc*

"A IDEIA É TRABALHAR UMA AGENDA COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES PARA QUE POSSAM SER ESCUTADAS E PARTICIPEM DA AGENDA E DAS DELIBERAÇÕES DE SUA PRÓPRIA CAUSA"

os sem DIREITOS

O BRASIL DESPENCA DA 43ª PARA A 107ª POSIÇÃO NO KIDSRIGHTS INDEX, RANKING QUE AVALIA O NÍVEL DE ENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE INTERNACIONAL QUANTO AOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES.

A

"AMBIENTE FAVORÁVEL aos direitos da criança". Este foi o mais importante indicador que fez o Brasil cair da 43ª para a 107ª posição no ranking internacional que posiciona 163 países quanto aos direitos de crianças e adolescentes: o KidsRights Index.

A lista é realizada fundação KidsRights e tem apoio do Comitê da Organização das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança (CRC), com base na análise de dossiês encaminhado pelos governos que ratificaram Convenção sobre os Direitos da Criança (de 1989).

No índice, divulgado em junho de 2016, o Brasil ficou atrás de vizinhos como Argentina (33º), Chile (29º) e Colômbia (60º) e de outras nações latino-americanas como Panamá (104º) e Guatemala (97º). A pesquisa avalia dados sobre jovens de até 18 anos.

Os principais problemas relatados pelo CRC no relatório de 2015 incluem discriminação estrutural contra crianças indígenas e afrodescendentes, portadoras de deficiência, lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e intersexuais; e crianças vivendo na rua, em áreas rurais e remotas e em áreas urbanas marginalizadas, incluindo favelas.

O comitê também manifestou preocupação em relação ao grande número de ameaças de morte, ataques físicos, desaparecimentos e mortes entre jornalistas e ativistas de direitos infantis e humanos.

PASSOS PARA TRÁS

Os resultados apontam, de acordo com o KidsRights, que houve retrocesso significativo na comparação com o ano de 2004, quando o CRC havia recebido pela última vez do Brasil o documento com o panorama dos direitos da criança. Os dados de 2004 compõem, portanto, os índices obtidos pelo país no ranking global do KidsRights em todas as suas edições anteriores a 2016.

O indicador "ambiente favorável aos direitos da criança" é composto por sete critérios, e o Brasil piorou em três deles desde a sua última avaliação, em 2004. Isso ocorreu nos quesitos "ausência de discriminação" e "melhor orçamento disponível", que passaram de nota 2 (média) para nota 1 (baixa), e "legislação protetiva", que caiu da nota 3 (alta) para nota 2. A escala de gradação vai de um a três. Não houve melhora em nenhuma dessas subdivisões.

Segundo o fundador do KidsRights, o holandês Marc Dullaert. o Brasil precisa intensificar os seus esforços para combater a discriminação e estigmatização de grupos marginalizados de crianças, tal como deve aumentar o seu orçamento disponível para os direitos das crianças.

"O ranking do KidsRights mostra que o país teve recentes cortes financeiros, que, entre outras coisas, afetaram o orçamento para as áreas social e de direitos humanos, impactando negativamente a implementação de programas para proteção dos direitos das crianças", afirmou ao portal UOL. Além do indicador "ambiente favorável aos direitos da criança", a posição de cada nação no ranking é calculada de acordo com outros quatro critérios: "direito à vida", "direito à saúde", "direito à educação" e "direito à proteção". Nesses quesitos, os dados são atualizados anualmente por meio do relatório "State of the World's Children" ("Situação Mundial da Infância"), do Unicef.

Nos rankings específicos, o Brasil conseguiu subir 11 posições em "direito à proteção" e dez em "direito à saúde", mas não necessariamente porque tenha melhorado nesses conceitos. Para tanto, contou com outros países que pioraram. Devido à falta de dados disponíveis em relação ao Brasil, o indicador de "direito à educação" não foi calculado para o país na pesquisa de 2016.

"O BRASIL CONSEGUIU SUBIR 11 POSIÇÕES, MAS NÃO PORQUE MELHOROU. OS OUTROS PAÍSES PIORARAM"

COMPARATIVO

O índice do KidsRights 2016 faz menções honrosas ao México, que subiu da 102ª para a 37ª colocação, a Jamaica, que pulou da 103ª para a 51ª posição, e a Colômbia, que passou do 123º para o 60º lugar. O órgão informou que estes três países registraram melhorias em várias áreas, incluindo "a alocação de verbas para questões ligadas às crianças".

No quadro geral, a Noruega ocupa o primeiro lugar pelo segundo ano consecutivo. Em seguida, estão Portugal, Islândia, Espanha, Suíça, Eslováquia, Irlanda, França, Finlândia e Tunísia. Os piores resultados foram apresentados por: Guiné, Angola, Lesoto, Guiné Equatorial, Guiné-Bissau, Papua-Nova Guiné, Chade, Afeganistão, República Centro-Africana e Vanuatu. *bc*

MOBILIZAÇÃO 'PELAS RUAS DA INTERNET'

JOVENS APOSTAM NAS REDES SOCIAIS - E SE PODER DE DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES E DE CONVOCAÇÃO EM TEMPO REAL - PARA PROMOVER PARTICIPAÇÃO E ENGAJAMENTO SOCIAL.

POR DANIELE PRÓSPERO

UMA CENA comum até pouco tempo – alunos percorrendo todas as classes da escola para convidar os demais colegas para as atividades do movimento estudantil – ganha, cada vez mais, uma nova roupagem. O convite agora se tornou evento nas redes sociais com informações exatas das manifestações, assim como fotos em tempo real e a possibilidade de saber quais são os amigos presentes no encontro.

Isso sem falar dos abaixos-assinados, que dependiam de um grupo disposto a visitar os diversos espaços do bairro para convencer os colegas e moradores da região a participar, e agora estão presentes nos sites e campanhas virtuais no formato de petições online.

Como não poderia deixar de ser, no momento em que as novas tecnologias ganham cada vez mais espaço na sociedade, os olhos colados no celular – cena extremamente comum entre a juventude - pode significar engajamento em um processo de mobilização.

Hoje, afinal, é possível protestar "pelas ruas da internet". As ferramentas virtuais atraem cada vez mais os jovens que buscam formas de se comunicar, de se expressar e, também, de convocar e mobilizar a sociedade para as suas causas, trazendo à tona demandas dessa faixa etária. A rapidez é um atrativo para a juventude, assim como as múltiplas possibilidades de conexões que a rede permite.

As novas tecnologias têm permitido, então, por meio dos novos padrões de interatividade social, que os jovens assumam papéis ativos de produção, compartilhamento e troca de informações e conteúdos, ampliando, assim, as suas possibilidades de comunicação e engajamento.

Segundo dados da pesquisa "Juventude Conectada" (2014), um em cada três jovens internautas brasileiros utilizaram ferramentas da web para a mobilização social promovida em 2013. Entre eles, o ponto de encontro quase unânime (89%) foi o Facebook, como ferramenta de mobilização e de participação social.

Juliana Batista dos Reis, professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas de Gerais (UFMG) e membro do Observatório da Juventude, destaca que trata-se de um novo modo de fazer política e de construir ações coletivas. "A internet é impressindível espaço de comunicação e articulação, mas também de luta política, de debate e de desconstruir elementos que estão presentes na grande mídia. Não podemos tomá-la como espaço menor na forma de participação política das lutas juvenis contemporâneas. Elas precisam das redes sociais para ganhar força", comenta.

Para a pesquisadora do assunto, prova disso é a repercussão do movimento de ocupação em mais de 200 escolas promovido pelos estudantes secundaristas do Estado de São Paulo contra a reorganização da rede de ensino, que incentivou novas mobilizações de alunos em Goiás, Pará, Ceará e Rio de Janeiro. "Se não tivéssemos as redes sociais digitais para reverberar essas práticas mais coletivas, apesar de suas especificidades locais, talvez esse movimento não tivesse ganhado tanto espaço em outras cidades."

CONEXÃO ATIVA

A juventude tem usado e abusado das ferramentas online para participar ativamente das mobilizações que têm despontado pelo país, seja para repassar convites de protestos, fazer comentários sobre as ações, registrar sua opinião em sites de movimentos ou organizar a gestão da própria manifestação.

Em São Paulo, por exemplo, os estudantes contaram com o apoio das tecnologias e metodologias disponibilizadas pela Minha Sampa,

O QUE ELES PENSAM?

A PESQUISA "JUVENTUDE CONECTADA", IDEALIZADA PELA FUNDAÇÃO TELEFÔNICA VIVO E REALIZADA EM PARCERIA COM O IBOPE INTELIGÊNCIA, COM O INSTITUTO PAULO MONTENEGRO E COM A ESCOLA DO FUTURO - USP, BUSCOU ENTENDER O COMPORTAMENTO DO JOVEM NA ERA DIGITAL E AS TRANSFORMAÇÕES E OPORTUNIDADES GERADAS A PARTIR DAÍ. PARA TAL, FORAM ENTREVISTADOS 1.440 JOVENS, ALÉM DA REALIZAÇÃO DE GRUPOS DE DISCUSSÃO EM PROFUNDIDADE E ENTREVISTAS COM ESPECIALISTAS SOBRE O TEMA. CONFIRA ALGUNS RESULTADOS:

44% DOS JOVENS ACREDITAM QUE A INTERNET CONTRIBUI COM O AUMENTO DA VISÃO CRÍTICA.

52% ACREDITAM QUE A INTERNET AUMENTA A PARTICIPAÇÃO DAS PESSOAS EM MANIFESTAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS E/OU POLÍTICOS.

54% SE MOSTRAM CAUTELOSOS E PRECAVIDOS EM RELAÇÃO ÀS FONTES DE INFORMAÇÃO SOBRE AS MANIFESTAÇÕES CONVOCADAS VIA INTERNET: ANTES DE ACEITAR UM CONVITE FEITO PELA INTERNET PARA UMA MANIFESTAÇÃO, VERIFICAVAM SE A FONTE ERA CONFIÁVEL.

36% USAM A INTERNET PARA APRENDER SOBRE CAUSAS SOCIAIS, AMBIENTAIS E POLÍTICAS.

43% CONSIDERAM QUE PRODUZIR E COMPARTILHAR CONTEÚDOS NAS REDES SOCIAIS - TAIS COMO VÍDEOS, FOTOS E TEXTOS - SOBRE PROBLEMAS SOCIAIS E/OU AMBIENTAIS SÃO FORMAS MUITO EFICAZES DE PROTESTAR.

uma rede que ajuda os membros a participar ativamente dos processos de decisão da cidade por meio de mobilizações virtuais e presenciais. Hoje, o Minha Sampa conta com 83 mil cidadãos inscritos e faz parte da Rede Nossas Cidades.

A primeira iniciativa desse apoio veio por meio da campanha "De Guarda Pelas Escolas". Mais de 4 mil pessoas se inscreveram no site para receber alertas sobre tentativas forçadas de desocupação, abusos e ameaças. A ação dos guardiões muitas vezes foi essencial para a proteção dos estudantes, tendo em vista que contava com especialistas, como advogados e jornalistas, que puderam dar mais voz aos estudantes.

E, na sequência, foi criada a campanha "Todos com os Estudantes", uma rede de pessoas que quer melhorar a qualidade da educação em São Paulo e fazer da comunidade escolar protagonista desse processo. "O movimento dos estudantes tem muito de criar coletivamente e fazer isso de forma horizontal. Por isso, o que fazemos é criar formas de reforçar e fortalecer suas ações", comenta Guilherme Coelho, coordenador de mobilização da Minha Sampa.

Os próprios estudantes passaram também a usar outras ferramentas da Rede Nossas Cidades, como o aplicativo Panela de Pressão, que permite contato direto com governantes, gestores públicos, parlamentares, concessionárias de serviços públicos, políticos em geral e outros tomadores de decisão da cidade. Ao criar uma petição por meio do Panela de Pressão, esses gestores começam a receber uma avalanche de e-mails e mensagens pressionados por todos os que se mobilizam para o tema.

Os alunos da Escola Estadual Gavião Peixoto, maior unidade da rede paulista com 3,2 mil estudantes, por exemplo, estão com uma campanha ativa para pressionar vários gestores públicos a cumprirem uma promessa feita durante as ocupações em resposta às reivindicações para a melhoria da escola. "Essas ações ajudam a mostrar ao poder público que, agora, não dá mais para realizar coisas e ninguém ficar sabendo ou fazer promessas e não cumprir", enfatiza Guilherme.

ONLINE X OFFLINE

Mas, afinal, é possível separar as ações que acontecem no ambiente virtual do presencial? Os especialistas apontam que não. "É importante pensarmos que a participação via internet está densamente comprometida com os movimentos de rua e a ocupação dos espaços públicos. É quase que uma dupla ocupação. Por isso, é pouco proveitoso separar uma coisa da outra. As duas estratégias estão fortemente ligadas e os jovens apostam nisso", aponta a pesquisadora do Observatório da Juventude.

Para o coordenador da Minha Sampa, essas ações precisam estar interligadas sempre, pois, inclusive, a juventude ainda está descobrindo de que forma promover e qual o potencial do ativismo politico e social via internet, que também muda com muita rapidez. "Precisamos sempre inovar e buscar novas formas de mobilizar. Algo pode funcionar para pressionar um prefeito de uma cidade pequena, mas para um governador, essa ação passa despercebida. A estratégia tem que ser outra. Hoje, inclusive, eu posso fazer pressão via comentários no Facebook do político, mas pode ser que ele consiga bloquear. Por isso, a ação pode começar via rede, mas é preciso ir para o presencial.". *bc*

PRA SABER MAIS

Acesse os links dos sites e aplicativos citados ao longo desta matéria:

— *De Guarda pelas Escolas:*
www.deguardapelasescolas.minhasampa.org.br

— *Todos com os Estudantes:*
www.todoscomosestudantes.minhasampa.org.br

— *Diretoria de Ensino cumpram as promessas feitas aos alunos da Gavião Peixoto:*
bit.ly/reformeminhaescola

— *Pesquisa Juventude Conectada:*
http://bit.ly/1RNX1q1

— *Minha Sampa:*
www.minhasampa.org.br

— *Rede Nossas Cidades:*
www.nossascidades.org

escola de pais

PROJETO DESENVOLVIDO EM FOZ DO IGUAÇU ATENDE FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE EXTREMA VULNERABILIDADE SOCIAL PARA EVITAR VIOLAÇÕES DE DIREITOS E A PERDA DO CUIDADO PARENTAL DE CENTENAS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

POR GABRIELA BAHIA

LEVANDO EM consideração a quantidade de crianças e adolescentes acolhidos no Brasil, mais de 36 mil, é difícil acreditar que a sociedade se lembre de um dos direitos mais importantes na vida de uma criança: crescer em família. Preocupada com este crescente número, a Aldeias Infantis SOS de Foz do Iguaçu (PR) lançou, em abril de 2015, o Projeto Escola de Pais, que fortalece os vínculos afetivos fragilizados de famílias em situação de vulnerabilidade social com o objetivo de prevenir o acolhimento.

Realizado em parceria com o Fundo Municipal da Criança e do Adolescente (FUNCRIANÇA), em pouco mais de um ano, o projeto já promoveu mudanças nas vidas de 95 famílias moradoras de quatro bairros de Foz do Iguaçu: Lagoa Dourada (Região Três Lagoas), Almada e Andradina (Região do Cidade Nova), Conjunto Buba (Região do Porto Meira) e Portal da Foz (Região Morumbi). A escolha dos locais de atuação foi feita por meio de um estudo de factibilidade, um diagnóstico que traçou os locais com os maiores índices de denúncias de violação de direitos e também de acolhimentos institucionais.

As informações sobre os participantes do projeto são enviadas à organização pelos órgãos da rede de atendimento, como o Conselho Tutelar, a Vara da Infância, o Ministério Público, Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e Unidades Básicas de Saúde (UBS). O atendimento é feito por uma equipe técnica, composta por coordenadora, assistente social, pedagoga e psicóloga, que realiza visitas domiciliares e elabora um Plano de Desenvolvimento Familiar (PDF) para cada família.

Segundo coordenadora do projeto Rita Petter Borges, sua equipe trabalha para tentar evitar o acolhimento por meio de visitas domiciliares, rodas de conversas, palestras e seminários de integração. Todas as atividades contam com o total apoio da comunidade ao redor. "A cada quinze dias, nós reunimos os pais em uma roda de conversa e fazemos o mesmo com os líderes das comunidades, pois eles também nos ajudam a atender as famílias. Professores, líderes da Pastoral da criança e agentes de saúde são de extrema importância para a construção de nosso trabalho", conta.

As oficinas refletiram na vida dos pais e de seus filhos, que ganharam uma comunicação mais saudável, com menos violência e mais diálogo. "Eu aprendi muito. Aprendi não gritar com meus filhos e comecei a olhar os cadernos deles, coisa que eu não fazia. Hoje, eles voltam da escola e vêm me mostrar os cadernos. Diferente de antes, quando tinham medo de mim" – contou Janaína*, uma das participantes do projeto.

O método de visitas domiciliares e a aproximação com as famílias são de extrema importância para construir de forma sólida a solução dos problemas de cada caso. Com o fortalecimento dos vínculos familiares, os quatro bairros atendidos pela Escola de Pais estão se tornando, aos poucos, ambientes de proteção e garantia dos direitos de cerca de 300 crianças e adolescentes, oferecendo a eles mais afeto e consolidando a convivência familiar e comunitária.

Para 2016, o Escola de Pais já tem fechado uma parceria com a Unioeste (Universidade Estadual do Oeste do Paraná) para capacitar 20 mães como administradoras do lar. Há também uma parceria com médicos para realizar oficinas sobre Saúde da Família e curso de capacitação em vendas já programado. A proposta do projeto é superar os resultados de 2015 e beneficiar cada vez mais famílias e comunidades.

RECONSTRUÇÃO DE VÍNCULOS

E mesmo com apenas um ano de existência, o projeto Escola de Pais já conta com histórias de sucesso. Foram dez acolhimentos evitados, seis crianças reintegradas em suas famílias e três adoções ilegais identificadas. Duas mães receberam apoio psicológico e orientação para denunciar a violência doméstica. E três crianças, que estavam sob a guarda dos avós, puderam voltar a conviver com seus pais. Uma destas histórias é a das crianças e Luane, Arthur, de 9 e 10 anos, e de sua mãe, Regeane, 30 anos. Eles participam do Escola de Pais há pouco mais de oito meses e, segundo a mãe, a melhora em seu relacionamento é clara.

Regeane* se tornou mãe ainda jovem. Aos 21 anos deu à luz a Luane, em um momento de sua vida que não era o ideal para a construção de uma família, pois ela e o namorado da época estavam envolvidos com as drogas. Um ano depois, se descobriu grávida novamente, dessa vez de Arthur. Devido ao mau momento pelo qual passava, não pode cuidar de nenhum de seus dois filhos. A menina foi acolhida pela família materna e o menino, pela família paterna.

Sem a guarda das crianças, Regeane fez um tratamento contra o vício e, depois de recuperada, voltou a viver em sociedade. Foi aí que conheceu Marcos*, seu companheiro até hoje e pai de seus três filhos mais novos, um menino de 5 anos e duas meninas, de 4 e 2 anos.

Nesse novo relacionamento, se tornou uma pessoa muito mais responsável. No entanto, mesmo dedicando todo o seu tempo a cuidar dos três filhos, principalmente da mais nova, que tem microcefalia, sentia falta de Luane e Arthur, que continuavam sob os cuidados das avós.

Arthur passou o ano de 2015 oscilando entre morar com a mãe e com a avó. Toda vez que se desentendia com uma das duas, se mudava para a casa da outra. Segundo Samara Silva, psicóloga do projeto, esse comportamento acontecia porque o menino tinha dificuldade e medo de enxergar o cuidado de mãe em Regeane. "Ele foi criado pela avó, o sentimento dele de maternidade foi todo criado em cima disso", afirma.

Essa situação fez com que o menino mudasse constantemente de escola. Em apenas um ano, chegou ir de uma para outra escola seis vezes. Isso chamou a atenção da direção escolar, que informou o Conselho Tutelar sobre o problema. Com o encaminhamento da escola e o apoio do Conselho Tutelar, a equipe do Escola de Pais começou a acompanhar toda a família. Após fazer o plano de desenvolvimento familiar, a equipe chegou à conclusão de que a solução seria regularizar a guarda das crianças, deixando-as com a mãe, uma vez que ela tinha total condição de cuidar de seus filhos.

Hoje, Regeane já tem a guarda do filho, que demonstra boa adaptação na família. O processo para conquistar a guarda definitiva de Luane ainda está em curso. A equipe do Escola de Pais acredita que em pouco tempo essa situação vai se regularizar. "Eles participam de todas as oficinas. Ela é uma mãe bem comprometida, que se envolveu bastante, que adere aos encaminhamentos e já conquistou autonomia. Existem essas questões de conflitos, que já diminuíram muito. E vamos continuar trabalhando nisso até não existir mais nenhum problema. A família deles têm tudo para dar certo", disse, confiante, Rita Petter Borges, coordenadora do projeto. *bc*

POLÍTICA NA ESCOLA

UM CLIMA DE TENSÃO TOMOU CONTA DOS BRASILEIROS NOS ÚLTIMOS MESES DESDE QUE O DEBATE POLÍTICO SE VIU ACOBERTADO POR UMA DENSA NUVEM DE INTOLERÂNCIA. ASSIM, A POLARIZAÇÃO POLÍTICA, PARTIDÁRIA E IDEOLÓGICA, CHEGOU TAMBÉM ÀS SALAS DE AULA. SE POR UM LADO O CLIMA É DE GUERRA DE TORCIDAS ORGANIZADAS, POR OUTRO, O MOMENTO ACENDE UMA IMPORTANTE QUESTÃO: COMO DISCUTIR POLÍTICA DENTRO DOS MUROS DA ESCOLA?

POR RODRIGO BUENO

POLITICA, como conceito e suas diversas derivações, é um tema do currículo escolar. Diluído entre as diversas disciplinas dos ciclos da educação básica brasileira, ele é destaque no estudo de Geopolítica, nas lutas por poder na aula de História ou nas leituras das produções dos artistas exilados no período da ditadura no Brasil. É, portanto, assunto cotidiano na sala de aula.

Além disso, o tema se apresenta como oportunidade de discussão sobre importantes questões para a formação cidadã, como direitos humanos, democracia e participação social. Contudo, em tempos de grande polarização – amplamente propagada pela mídia tradicional e nas redes sociais – o terreno para o diálogo pode ser mais delicado do que parece.

Soa recente, mas o tema política em sala de aula é um debate antigo. Desde a disciplina Educação Moral e Cívica, criada no Brasil no governo de Getúlio Vargas, o assunto 'formação política' é polêmico entre a comunidade escolar.

"Ensinar aos alunos valores morais e cívicos foi um marco de governos pouco democráticos. E a experiência não funcionou. Hoje acredita-se que o assunto deve ser tratado em diversas matérias, como História, Sociologia e Língua Portuguesa, por exemplo", explica Antonio Augusto Batista, coordenador de pesquisas do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec). Contudo, em situações de grande polarização e de intensa discussão política, lidar com o tema é um grande desafio para educadores. "Não dá para imaginar que a escola vai estar isenta ao debate. Ela é o tempo todo atravessada pelo ambiente externo. Os assuntos políticos vão aparecer. As crianças e os jovens vão discutir e as opiniões extremadas vão aparecer na sala de aula. O professor, queira ou não, vai ter de lidar com isso", ressalta.

NÃO DÁ PARA IMAGINAR QUE A ESCOLA VAI ESTAR ISENTA AO DEBATE. ELA É O TEMPO TODO ATRAVESSADA PELO AMBIENTE EXTERNO. OS ASSUNTOS POLÍTICOS VÃO APARECER. AS CRIANÇAS E OS JOVENS VÃO DISCUTIR E AS OPINIÕES EXTREMADAS VÃO APARECER NA SALA DE AULA. O PROFESSOR, QUEIRA OU NÃO, VAI TER DE LIDAR COM ISSO

Batista acredita que as inquietações dos alunos são, na maioria das vezes, reflexo das posições extremadas dos pais, ou dos grupos aos quais elas pertencem. Por isso é tão complicado fazê-los ouvir o outro lado. "Em tempos de tanta intolerância, é difícil desmontar ideias arraigadas, baseadas muitas vezes em preconceitos."

Nessas horas, não há nada mais seguro do que trazer luz ao conhecimento. Para o pesquisador, é justamente aí que o papel da escola reafirma seu compromisso social. "A autoridade do professor se baseia no conhecimento. Deparados à informação, as crianças, os adolescentes e os jovens passam a ouvir. Precisamos convidá-los para um diálogo fundamentado no saber, no repertório acumulado pelas disciplinas que estudam esse fenômeno."

CONFLITOS, INFORMAÇÃO E CULTURA DE PAZ

A revista *Bem Cuidar* conversou com professores (confira os depoimentos que ilustram esta reportagem) que lidam com a questão em seu dia a dia e os relatos apontam para um cenário de muita desinformação e de reprodução de ideias que nascem no senso comum e se propagam nas redes sociais, nas rodas de conversa e até nos ambientes educativos.

Contudo, os professores são unânimes ao considerar que não dá para se esquivar do assunto e que a melhor forma é tratar o tema com serenidade, oferecendo informação em um ambiente acolhedor às diferentes ideias – algo que muitas vezes não acontece no espaço familiar e nos círculos que os alunos pertencem.

DECIFRANDO O SER POLÍTICO

Como a disciplina que leciono é a Sociologia, sempre surgem questões políticas durante as aulas. Quando as discussões ocorrem, é necessário uma explicação sobre princípios básicos: o que é politica, o que é o "fazer político". A grande maioria dos alunos associa o tema à ação partidária, à corrupção e ao descaso com a população. O objetivo aí é mostrar que a política está sim ligada ao poder, mas que o exercício deste papel não necessariamente acontece apenas dentro de um partido ou uma instituição, que a política é fazer e se interessar pela vida pública.

Em um momento tão delicado como o atual, os alunos acabam pedindo para falar sobre o assunto em sala. Em geral, deixo que eles debatam o tema entre eles, porque precisam falar entre si. O que geralmente aparece é a dicotomia entre certo e errado, bem ou mal. A maioria quer uma resposta pronta para as questões.

Mas, nessas conversas, muitas vezes acabam percebendo sozinhos como não estão entendendo o cenário político, ou como conhecem pouco o assunto para ter uma posição tão firme. Entendo que um dos objetivos da Sociologia é mediar conflitos. E os alunos precisam entender e aprender a desnaturalizar, estranhar os padrões vigentes da vida social.

Fernanda Inês Reis é professora de Sociologia, atua nas rede estadual de São Paulo e acredita que a escola é sim um ambiente para discutir política, cidadania, direitos humanos e participação social da juventude brasileira.

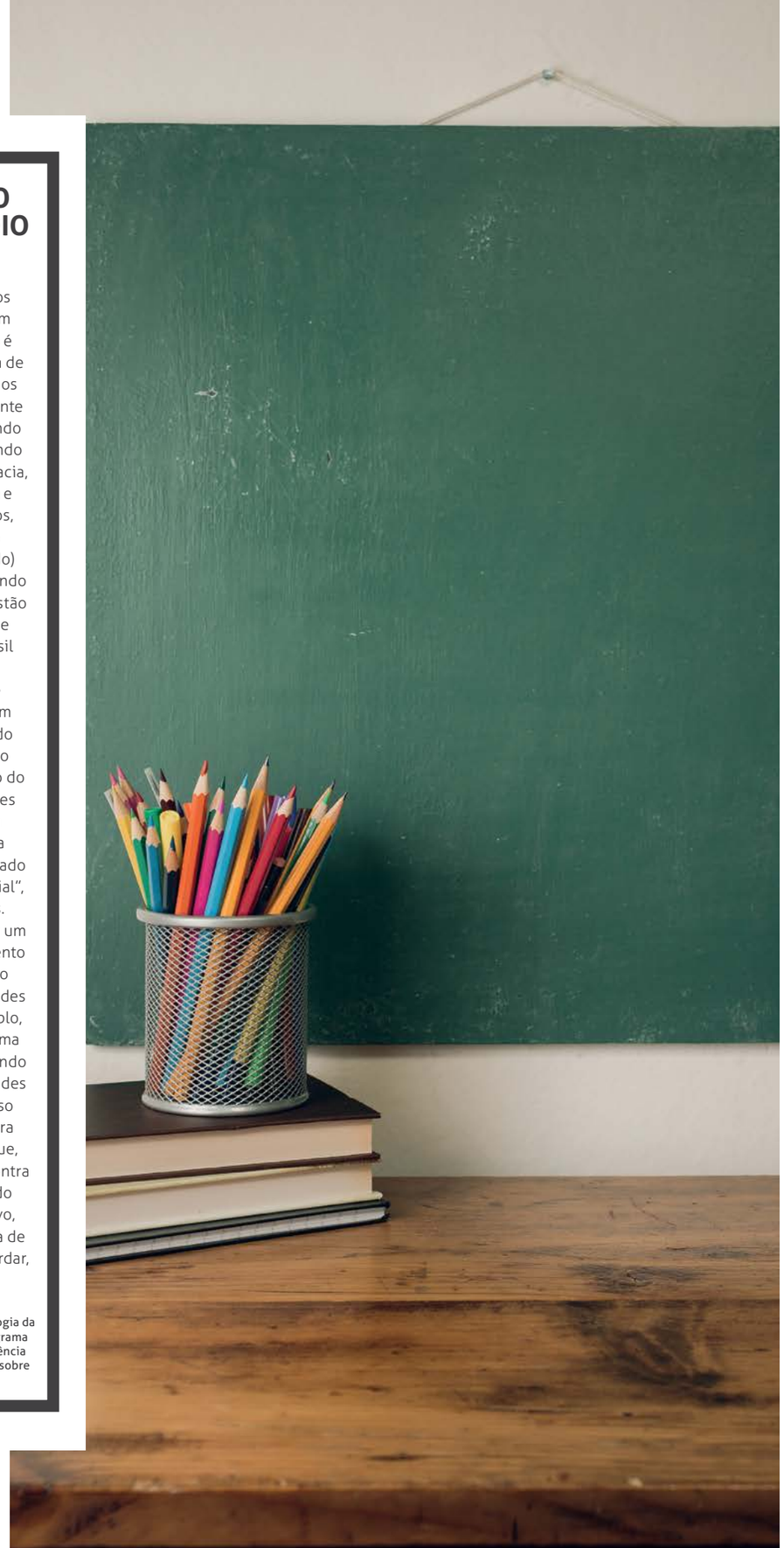
DESCONTRUINDO DISCURSOS DE ÓDIO

Estamos vivendo momentos bastante delicados, e fazer com que o jovem perceba isso, não é tarefa fácil. No cotidiano da sala de aula, costumo abordar conteúdos do campo da política com bastante fundamentação teórica, utilizando textos de especialistas, abordando sempre conceitos como democracia, organização política brasileira e formação dos partidos políticos, por exemplo. Assim eles vão construindo (ou desconstruindo) seus argumentos e compreendendo a complexidade de forças que estão por trás dos muitos grupos que movimentam a política no Brasil hoje.

Quando inicio as aulas de política, muitos de cara já falam que odeiam o tema porque todo político é ladrão. É aí que tento demonstrar que a política é algo do cotidiano, que os representantes políticos saem do interior da sociedade, então voltamos na história para compreender o Estado patrimonialista, o "homem cordial", entre tantos outros conceitos.

Acredito que o educador tem um papel fundamental nesse momento em que as informações são tão rápidas e desencontradas nas redes sociais. Ano passado, por exemplo, promovi uma palestra com o tema "O ódio nas redes sociais", tentando mostrar como a utilização das redes para a disseminação de discurso de ódio é algo que atenta contra os princípios democráticos e que, geralmente, ele é direcionado contra grupos de minorias. O resultado desse esforço é sempre positivo, mesmo quando o aluno discorda de algo, pois, até mesmo para discordar, é necessário o debate.

Franciele Sussai Luz é professora de Sociologia da rede pública do Paraná e participa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid), onde promove oficinas e palestras sobre política para outros educadores.



"A escola moderna sempre teve que lidar com um dilema: qual parte da educação cabe a ela e qual cabe à família. Hoje esses limites são muito delicados. A escola precisa tratar de assuntos que antes eram considerados apenas da esfera privada, ou seja, da família. Porém, ela nunca pode se esquecer de seus princípios democrático, secular e laico. E os pais precisam saber disso. Isso é o que a escola pública brasileira defende. Estes são valores universais que regem nossa educação e que devem guiar a atuação do professor", explica Batista.

POLÊMICA EM ALAGOAS

Um projeto de lei, de autoria do deputado Ricardo Nezinho (PMDB), mexeu com a comunidade escolar do estado de Alagoas. Batizada de "Escola Livre", a iniciativa quer coibir "a prática de doutrinação política e ideológica em sala de aula" e punir professores que induzam "seus alunos a participar de manifestações, atos públicos ou passeatas".

Para muitos educadores, o projeto é uma tentativa de coibir a liberdade de expressão do profissional da educação, abrindo brechas na lei para acusações de indução. Eles alegam ainda que a escola precisa estar aberta aos dilemas debatidos na sociedade.

Para Antonio Augusto Batista, o sentido da neutralidade é sim um orientador do educador, mas não há tema proibido dentro dos muros da escola. "Todo assunto é assunto de escola a partir do momento que o aluno traz para sala de aula. Não existe tema tabu. Só vira tabu se ele for proibido." *bc*

PEDAGOGIA DA LIBERTAÇÃO

Antes de tudo, acho que é importante separar política de política partidária, pois o senso comum permite essa generalização. O ser humano é um ser essencialmente político e esse papel é exercido desde os seus primórdios.

O que vivemos hoje é a polarização de uma questão política partidária, gerando uma "estranheza" e um sério repúdio na nossa sociedade e a sala de aula é o reflexo disso. Diante desse cenário, o professor, em sua atividade docente, tem que agir com seriedade e serenidade, em uma estrutura bem reflexiva e cuidadosa. É preciso discutir as questões, realizando sempre os recortes temporais, para que o aluno possa compreender os conteúdos por si mesmo, em uma ação libertadora, como dizia Paulo Freire.

Nesse sentido, muitas ações podem ser feitas. O professor deve buscar uma forma de conduzir o diálogo, trazendo materiais, recomendando pesquisas e até propondo um trabalho interdisciplinar que pode culminar em um projeto, como palestras, debates ou visita às instituições do poder legislativo ou executivo da cidade.

Por fim, penso que o professor possui sua ideologia e carrega isso no seu ser, mas ao trabalhar em sala de aula é importante se pautar pela neutralidade, mas sem deixar de denunciar e explicar o cenário, dando dados, provocando "inquietações". O professor pode ser neutro, porém jamais pode ser omisso.

Carlos Renato Oliveira é professor de Geografia e acredita que a política pode ocupar papel importante em sala de aula sem comprometer os conteúdos propostos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais.

SAIBA MAIS

A pedagogia libertadora, também denominada pedagogia da libertação, eixo central do trabalho do educador Paulo Freire, propõe uma educação crítica a serviço da transformação social. Para saber mais, confira o livro *Pedagogia do Oprimido* do autor.

QUEM DOA NO BRASIL?

POR RODRIGO ZAVALA

NO ANO de 2015, 77% dos brasileiros fizeram algum tipo de doação para ações sociais no país. Desse número, 62% doaram bens, 52% doaram dinheiro e 34% doaram seu tempo para algum trabalho voluntário. Se forem considerados apenas os que doaram dinheiro para organizações sociais, são 46%, em um valor que corresponde a R$ 13,7 bilhões, ou 0,23% do PIB do Brasil.

Esses resultados integram o mais completo estudo já feito no país sobre o perfil do doador brasileiro, a Pesquisa Doação Brasil, encomendada ao Instituto Gallup, que entrevistou 2.230 pessoas em todo país, com 18 anos ou mais, residentes em áreas urbanas e com renda familiar mensal a partir de um salário mínimo.

Levando em conta as regiões do Brasil, em números absolutos, o Sudeste aparece em primeiro lugar, concentrando 43,5% dos doadores. O Nordeste vem na sequência com 31%. Depois aparecem o Sul, com 13%, Norte com 6,5% e Centro Oeste com 6%. Mais de um terço dos doadores, 36%, fizeram uma doação por mês ao longo do ano passado. Essas doações ficam na faixa de R$20 a R$40 mensais, ou seja, de R$240 a R$480 por ano.

PERFIL

As mulheres doam para organizações com mais frequência que os homens, 49% contra 42%. De acordo com o estudo, o perfil do típico doador brasileiro é mulher com instrução superior, praticante de alguma religião, moradora das regiões Nordeste ou Sudeste, com renda individual e familiar acima de 4 salários mínimos.

TEMAS

Três grandes temas sensibilizam o doador em dinheiro: em primeiro lugar é a saúde, com 40% das respostas, crianças ocupam a segunda colocação, com 36%, seguidas por combate à fome e à pobreza, com 29%.

Oitenta por cento dos entrevistados disseram não se deixar levar pela emoção na hora de doar, sendo que apenas 20% admitiram praticar este ato por impulso. "Esse resultado é muito positivo para nós, afinal prova que o brasileiro tem grande consciência na hora de doar", destaca Paula Fabiani. A principal razão para uma pessoa doar dinheiro é a solidariedade com os mais necessitados, indicando que existe uma forte ligação entre o ato de doar e a gratificação emocional.

A religião também exerce grande influência no hábito de doar dos brasileiros. Entre os que se declaram católicos na pesquisa, 51% praticam a doação em dinheiro. Entre os espiritas, esse porcentual chega a 58%. Entre os evangélicos entrevistados, 45% disseram fazer doação em dinheiro. Não são considerados aqui os pagamentos de dízimos ou mensalidades para associações.

EQUIDADE

A Pesquisa Doação Brasil apontou também não existir uma relação direta entre o tamanho da cidade e a prática de doação em dinheiro, ou seja, mesmo fora das grandes cidades, o brasileiro também doa. Porém, existe uma forte relação entre idade e a prática da doação em dinheiro. Quanto maior a faixa etária, maior a incidência deste tipo de doação. O mesmo acontece em relação ao grau de instrução. Pessoas com nível superior, praticam mais doação em dinheiro. "A Pesquisa Doação Brasil revela um retrato jamais visto, que servirá de base para uma grande campanha pela cultura de doação no país", relata Paula Fabiani, diretora-presidente do IDIS – Instituto pelo Desenvolvimento do Investimento Social, que liderou a realização da pesquisa. *bc*

* A íntegra da pesquisa Doação Brasil está disponível no site do IDIS, no endereço www.idis.org.br/pesquisadoacaobrasil

acontece...

Rede não bata, eduque!

www.naobataeduque.org.br

10ª. CONFERÊNCIA

ALÉM DE contribuir para a definição, debate e aprovação das propostas para a Política Nacional, para a Reforma Política dos Conselhos e para o Plano Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente discutidas durante a 10ª. Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, realizada no período de 24 a 27 de abril, em Brasília, Julia Oliveira – delegada da RNBE com o apoio dos demais adolescentes da Delegação do Rio de Janeiro, colheram as assinaturas e conseguiram aprovar na Plenária final uma "Moção de Apoio" pela implementação de políticas públicas, programas e ações que efetivem a Lei 13.010/2014 – Menino Bernardo, que estabelece o direito da criança e adolescente a serem educados e cuidados sem o uso dos castigos físicos ou de tratamento cruel e degradante.

Em tempo: A exposição itinerante "Toda cada tem que ter carinho" é um sucesso e vem contribuindo para a reflexão sobre a banalização da "pratica de bater para educar" e sobre a construção de uma perspectiva educativa e de cuidado onde os problemas e diferenças possam ser resolvidos com diálogo e estratégias não violentas de resolução de conflito. Até o momento 473 pessoas visitaram a exposição e foram realizadas cinco visitas guiadas seguidas de roda de conversa sobre a temática.

Rede nacional primeira infância

www.primeirainfancia.org.br

CARTA AO MINC

O GT de Cultura da Rede Nacional Primeira Infância protocolou uma carta ao ministro interino da Cultura, Marcelo Calero, em que lista ações e compromissos firmados pelo Ministério que fortalecem a cultura e a primeira infância. A carta apresenta o GT ao ministro interino, e lista ações recentes que vinham sendo desenvolvidas em parceria com o MinC – que é integrante da RNPI.

Entre as ações destacadas, está o Programa Nacional de Formação Artística e Cultural, que incorpora a educação infantil na política integrada entre MinC e Ministério da Educação, a realização do II Seminário Cultura e Primeira Infância, que está previsto para acontecer em agosto com o objetivo de discutir, elaborar e implementar o programa "Mais cultura na Educação Infantil", e a Campanha Nacional Cultura e Primeira Infância, que estava sendo planejada para articular emissoras públicas na promoção do Marco Legal da Primeira Infância.

movimento nacional CFC

www.movimentonacionalcfc.org.br.

~~TEM NOVO LOGO~~

EM MAIO, a Terra dos Homens e o Projeto Providência realizaram o II Ciclo de Debates Latino-Americano sobre Trabalho Social com Família de Crianças e Adolescentes, em Belo Horizonte (MG), com o apoio Family For Every Child, Itaipu Binacional e Secretaria de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania de Minas Gerais e parceria do Movimento Nacional Pró Convivência Familiar e Comunitária, Red Latinoamericana de Acogimiento Familiar (Relaf), Dayrell Hotel & Centro de Convenções, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) e Famiglia Materna.

Com o objetivo de disseminar a cultura em prol do trabalho social com famílias, sobretudo de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social através de trocas de boas práticas nacionais e internacionais, o evento reuniu 600 pessoas de 18 estados brasileiros e oito países.

Bem cuidar recomenda

CINEMA

Incompreendida

A INDIFERENÇA dos pais em relação ao cuidado dos filhos é, por si só, um crime, muitas vezes invisível para aqueles que o cometem. Essa crueldade voraz, que asfixia o universo infantil, é a base do filme franco-italiano, Incompreendida, provocador drama sobre relações familiares, pelos olhos da criança.

Com nove anos de idade, Aria vive em uma família disfuncional, em Roma, na década de 1980. Prestes a se divorciarem, seus pais, ensimesmados em suas carreiras, não dão importância à menina, com olhos apenas às filhas mais velhas. Na escola, não consegue se enturmar, tendo apenas uma confidente, Angélica. Negligenciada por seu entorno, Aria terá que tomar suas decisões sozinha.

INTERNET

Pai não é visita

ACABA DE SER lançado no YouTube o documentário Pai Não é Visita! Pelo Direito de Ser Acompanhante, uma realização do Instituto Papai e Núcleo de Pesquisa em Gênero e Masculinidades – Gema-UFPE em parceria com a 7aArte Cinema. Pai Não é Visita foi a principal ação da Campanha de mesmo nome, em agosto de 2015, durante a campanha de mês dos pais, do Instituto Papai.

CINEMA

Veja em casa

O FILME *'O Começo da Vida'*, novo documentário da diretora Estela Renner ('Criança a Alma do Negócio' e 'Muito Além do Peso') pode ser visto através da plataforma online e gratuita VIDEOCAMP. A plataforma disponibilizará o filme dublado em seis idiomas e legendado em 21 línguas, além de oferecer acessibilidade em LIBRAS, closed caption e audiodescrição, no aplicativo MovieReading para smartphones e tablets. O documentário é apresentado pela Fundação Maria Cecilia Souto Vidigal, Fundação Bernard Van Leer, Instituto Alana e o UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância). ***videocamp.com***

INTERNET

Aplicativo

MÃES E PAIS, principalmente os de primeira vez, têm muitas dúvidas em relação ao seu bebê, seu crescimento, desenvolvimento e sobre a melhor forma de nutri-lo com segurança. Afinal, o que fazer quando o bebê chorar? Somente leite do peito? E se não conseguir? Pensando nisso, o portal Aleitamento desenvolveu o aplicativo para os celulares Android para ajudar a fazer com que esse momento, às vezes, angustiante, seja o mais gratificante de sua vida.

MANCHETE DE JORNAL

POR NATACHA COSTA

Procurando as notícias da final da Copa América, meu filho Pedro pegou o jornal naquele dia de junho e começou a ler a capa:
-Ga-ro-to de do-ze...
Leio a manchete rapidamente. Sinto um nó na garganta. Penso em arrancar o jornal da mão dele. Mas como explicar? Não dá mais tempo. Ele continua:
- a-nos é mor-to...
Ele respira assustado. Olha para mim com os olhos estalados e me pergunta tentando entender:
- Quem morreu, mãe?
Respondo com os olhos cheios de lágrimas:
- O menino, filho. O menino morreu.
- Quem matou ele? Por quê? - ele pergunta angustiado. E continua lendo:
- em S-P por guar-da-ci-vil.
- Não sei, meu amor. Foi a polícia. Mas não sei porquê. - respondo com o coração apertado, sem saber até onde ir.
Ele olha pro jornal, vê o futebolista Lionel Messi na foto ao lado e pergunta:
- Ele era amigo do Messi?
- Não, filho. Essa é a notícia que você estava procurando.
Então, ele lê o que queria. Se distrai com o pênalti perdido do craque favorito.
E eu saio para chorar em outro canto, pensando porque ainda temos que explicar a uma criança de 6 anos o inexplicável. O inaceitável. Como explicar o que não podemos entender?

Até quando?

Realização

ALDEIAS INFANTIS SOS BRASIL

Apoio

PAULUS